



Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 055.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Questão de Ordem:

QUESTÃO DE ORDEM Nº 1736

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma dos arts. nº 104, § 1º e 94, § 6º, do Regimento Interno, submete à apreciação da douta Presidência da Assembléia Legislativa, a seguinte

QUESTÃO DE ORDEM

Tramita nesta Casa o Projeto de Reso-

lução nº 007/95, da iniciativa deste Deputado, que "autoriza a realização, na área que especifica, no Município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná", constando da Ordem do Dia da presente sessão.

Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, com base no artigo 121 do Regimento Interno, REQUER a juntada do Projeto de Lei nº 145/95, de sua autoria, que "Revoga a Lei nº 9342, de 19 de julho de 1992, e dá outras providências". - A lei em questão, cria, o município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá - constando, em consequência, os dois projetos, na Ordem do Dia, para exame plenário conjunto.

Ocorre que o art. 121 dispõe que:

"determinada proposição seja juntada ao processo relativo à outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só."

Os projetos, no mérito, são distintos. Não existe nenhuma analogia ou similitude entre ambos, de vez que um visa cumprir, o que determina a Lei Complementar nº 56/91. Ou seja, autorizar o plebiscito necessário ao desmembramento do Município Pontal do Paraná e o outro visa revogar a Lei nº 9342/92. Sendo, claramente conflitantes. Razão pela qual não encontra amparo legal, no art. 121 citado, o requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

Diante da presente Questão de Ordem, REQUER a tramitação em separado - discussão e votação - dos projetos referidos.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) ALGACI TÚLIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº 29/95, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Caiobá, desmembrando dos Municípios de Matinhos e Guaratuba.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos pro-

jetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

REQUERIMENTO N° 1729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da Ordem do Dia, da presente sessão, excluindo o Item 01, constante da Ordem do Dia (Projeto de Decreto Legislativo n° 07/95).

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a realização de Sessão Extraordinária, dia 22/06/95, para debate com o Senhor Nelson Jobim.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar aos familiares de Antonio Marques da Silva, 74 anos de idade, que faleceu neste dia 19 de junho, no Município de Boa Esperança.

O Sr. Antonio Marques da Silva, progenitor da primeira dama do Município de Araruna, Sra. Cleusa Marques Teixeira, era pessoa muito querida e estimada, não só em Araruna onde morou por muitos anos, como pela comunidade de Boa Esperança onde estava residindo ultimamente.

A família enlutada, nossas mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar pela morte do Senhor Jair Moscardo, na Cidade de Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Isabel do Ivaí, pelo transcurso do seu 43º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Eduardo Otto, ao vice-Prefeito, Sr. Antonio Prado Biudes, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda população de Santa Izabel do Ivaí irá comemorar, no próximo dia 02 de julho, o transcurso de seus 43 anos de emancipação política.

Portanto, com esta proposição, queremos parabenizar o povo sincero e amigo da Cidade de Santa Izabel do Ivaí.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que a população de Santa Izabel do Ivaí já conquistou ao longo desses 43 anos, com trabalho e dedicação e o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente irá se transformar em realidade.

Ao contentamento da população, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento, homenagem esta, extensiva aos seus administradores de todos os tempos.

E, portanto, na significativa data que marcará a passagem de seu 43º aniversário que toda a população e seus administradores merecem o aplauso deste Poder, na certeza de que continuarão com a mesma garra para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

REQUERIMENTO N° 1721

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de congratulações à nova diretoria AL 95/96 do Lions Clube de Curitiba - THEMIS, que toma posse no dia 21 de junho, portanto amanhã, às 20:00 horas na Sociedade Thalia, assim composta: Presidente: Rose Marie Abujamra Izé; Past Presidente: Neusa Maria da Costa Ehrhardt; 1ª vice-Presidente: Dinorah Martins Chaves; 2ª vice-Presidente: Wilma Régia Ramos de Rezende; 3ª vice-Presidente: Marisa Lima Westphalen; Secretária: Ione Dimas de Barros Netto; Diretora Social: Maria de

Lourdes Silveira Moura; Diretora Animadora: Inelena Fátima Fogliato; Vogal 1 Ano: Aurea Oliveira Abujamra; Vogal 1 Ano: Túlia Maria Noll; Vogal 2 Anos: Marlene Deconto; Vogal 2 Anos: Maria das Graças Moreira; Diretora de Sócios: Hercília de Souza Gonçalves.

A nova Diretoria, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a este importante órgão social, merecedor da nossa confiança pelos seus relevantes serviços prestados à nossa comunidade. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Rotary Clube de Santo Antonio da Platina, manifestando votos de felicitações, pela passagem dos 50 anos.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao órgão competente do Estado, solicitação de criação de Posto de Identificação junto à Delegacia de Polícia Civil, no Município e Comarca de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, em virtude da urgência de se estruturar o atendimento à população daquele Município, no tocante à obtenção sistemática de documentos de identidade, reafirmando o objetivo primordial do Governo Estadual, que é o respeito à filosofia de bem servir ao público, com boa prestação de serviços a nível de indivíduo e comunidade.

REQUERIMENTO N° 1713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Exmo. Senhor Segismundo Morgenstern, MD. Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a cobertura da quadra de esportes do Colégio Estadual Paulo VI, Ensino de 1° e 2° graus, no Município de Xambrê.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Lopes, Prefeito Muni-

cipal de Xambrê (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Av. A. Byington, s/n°); ao Senhor Lucas Campanholi, Diretor do Colégio Estadual Paulo VI (Rua Florianópolis, 463 - CEP: 87.535-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (R. Des. Munhoz de Mello, 3.800, Conj. 101, Ed. Centro Comercial - CEP: 87.501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 20.06.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Com a quadra de esportes descoberta, a prática de educação física como disciplina, muitas vezes é inviabilizada devido as condições meteorológicas, trazendo assim, transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolver suas aptidões físicas.

Neste sentido, para que esta situação não perdure é que solicitamos a liberação de recursos para a pretendida finalidade.

REQUERIMENTO N° 1714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando obras de reparos na Escola Estadual de Porto Camargo, localizada no Município de Icaraíma.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Vereador José Carlos Manzoni (Câmara Municipal de Icaraíma, Rua Pioneiros, 815); a Senhora Raquel da Silva Souza, Diretora da Escola Estadual de Porto Camargo e Senhor João Paulo Rodrigues, Presidente da APM da Escola mencionada (Av. Brasil, s/n - CEP 87530-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - sala 101 - Ed. Centro Comercial, Umuarama - CEP 87.501-190).

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste expediente é solicitar a agilização na liberação de recursos para que sejam executadas as obras de reparos no referido estabelecimento de ensino, haja vista a péssima condição de conservação que se encontra.

Também é importante acrescentar que já existe na FUNDEPAR o protocolo n° 2.245.202-9 que trata do assunto, estando a reivindicação na Divisão de Obras desta Pasta.

REQUERIMENTO N° 1715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Senhor Segismundo Morgenstern, Mui Digno Secretário Especial da FUNDEPAR, solicitando a construção de quadra poliesportiva na Escola Estadual Vinícius de Moraes - Ensino de 1º grau, no Município de Alto Piquiri.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jair Bertel, vice-Prefeito de Alto Piquiri (Rua Santos Dumont, 315); Senhora Maria Filomena Gomes da Silva, Diretora do Estabelecimento de Ensino (Rua Pajé, s/n - Distrito de Saltinho do Oeste - CEP 87580-000).

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se em solicitação da direção daquele estabelecimento de ensino, quando demonstra a sua preocupação com os alunos da escola que não possuem local apropriado para a prática de educação física e esportes.

REQUERIMENTO N° 1718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes solicitando a manutenção do convênio sobre a readequação de estradas rurais no Município de São Miguel do Iguaçu, especialmente no assentamento Sávio.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A situação do agricultor brasileiro é caótica. No Paraná a realidade não é diferente, por isso, é necessário e urgente melhorar as condições de vida e trabalho do homem do campo. Neste sentido, a readequação das estradas rurais é um incentivo à produção e também incentiva a manutenção do pequeno agricultor na terra, evitando o êxodo rural.

Ciente da preocupação desta Secretaria com o assunto em questão, reiteramos o pedido de manutenção dos convênios sobre a readequação das estradas rurais.

REQUERIMENTO N° 1719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Laranjita, localizado na comunidade do assentamento Sávio, entre os Municípios de Medianeira e São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A construção da ponte acima referida,

beneficiará a população da comunidade do assentamento Sávio que atualmente encontra-se praticamente isolada, devido às dificuldades de acesso entre o assentamento e os municípios de Medianeira e São Miguel do Iguaçu. A construção da ponte irá fomentar a integração e o desenvolvimento sócio-econômico para o assentamento e os municípios.

REQUERIMENTO N° 1720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando o projeto completo do programa das Vilas Rurais.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que, o programa das Vilas Rurais já está sendo implementado e já foi inaugurada a primeira unidade do Município de Apucarana, a Assembléia Legislativa, no uso de suas prerrogativas, deve ter total conhecimento do programa para poder apresentar propostas visando contribuir no aperfeiçoamento do mesmo.

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de colocar policiamento nas proximidades do Círculo Militar do Paraná e Passeio Público.

Neste local a ação de vândalos e marginais é muito grande, as pessoas são assaltadas diariamente e à noite o perigo torna-se ainda maior.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de instalar um módulo policial no Distrito de Bateias, em Campo Largo.

O pedido está sendo feito por moradores de Bateias e arredores, visando coibir a ação de desocupados e marginais, que vêm tirando a tranqüilidade de toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Miguel Salomão, solicitando as seguintes informações:

1. Quais são as condições para que o Município seja merecedor do ICMS Ecológico?
2. O Município de Cianorte está incluído entre aqueles que recebem Royalties Ecológico? Se positivo, favor informar o "quantum".

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Como é sabido, vários municípios do Paraná recebem Royalties Ecológicos, e Cianorte deve ser albergado com esta benesse, tendo em vista que este município tem em seu território vasta área de preservação permanente.

REQUERIMENTO N° 1725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a instalação de uma Delegacia da Mulher na Cidade de Cianorte.

Outrossim, que o Senhor Secretário dê ciência ao Deputado requerente, sobre os estudos que irão nortear o presente pleito, no sentido de agilizar a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Cianorte, com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, destaca-se na indústria do vestuário, onde possui mais de 500 (quinhentas) indústrias, que oferecem mais de 12.000 (doze mil) empregos, em sua grande maioria exercido por mulheres.

Diante destes fatos, é fácil entendermos a necessidade premente de uma Delegacia da Mulher, que sem nenhuma dúvida, irá atender aos anseios da grande comunidade feminina daquela cidade.

REQUERIMENTO N° 1737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, so-

Curitiba, terça, em 20.06.95

licitando cópias dos projetos dos cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia Civil da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve tem o maior interesse em conhecer os projetos dos cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia Civil da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), os quais têm gerado grande polêmica no Estado, em especial na região do Oeste paranaense.

Como professor e representante político da região, pretendo ter total conhecimento sobre o assunto em questão para poder, com propriedade, auxiliar na solução do impasse criado com relação aos cursos acima referidos e beneficiar a sociedade oestina e os jovens estudantes da UNIOESTE.

REQUERIMENTO N° 1733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado pedido de informações ao Senhor Rafael Bernardo Dely, Secretário Especial de Política Habitacional, sobre as seguintes possíveis irregularidades que estão acontecendo na distribuição de casas populares no Núcleo Residencial do Parque Imperatriz de Foz do Iguaçu:

- a) Pessoas ligadas a Vereadores do Município de Foz do Iguaçu estariam se valendo de favorecimento ilícito na distribuição de casas;
- b) parentes de diversas pessoas ligadas à Prefeitura e à própria COHAPAR de Foz, teriam sido beneficiados na distribuição das casas, num verdadeiro acinte aos que estão devidamente inscritos e na fila de espera;
- c) parentes de servidores da Prefeitura que adquiriram por favorecimento as casas, estariam sublocando estas mesmas casas, promovendo um verdadeiro comércio paralelo de aluguel deste imóveis;
- d) outros parentes de funcionários municipais estariam transformando as casas populares em verdadeiras mansões, desmanchando para isso, as casas originais numa verdadeira demonstração de abuso do poder econômico, o que contraria totalmente o objetivo da política de habitação popular.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, acredita na necessidade da criação de uma Comissão da COHAPAR em Curitiba, para averiguação destas irregularidades, em função das denúncias do envolvimento de funcionários da COHAPAR de Foz.

Sala das Sessões, em 20.06.95

Projeto de Lei Complementar:**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 231/95**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações na Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério), ficando o seu Artigo 10 com a seguinte redação:

"Art. 10 - A estruturação da carreira do Magistério compreende dois cargos distintos:

I - Professor;

II - Especialista de Educação.

1° - O conjunto dos ocupantes de cada um dos cargos deste Artigo, compõe um grupo ocupacional.

2° - Cada grupo ocupacional compreende 07 (sete) níveis de atuação, nos quais o Professor ou Especialista de Educação exerce sua atividade, a saber:

a) nível de atuação I, da 1.^a à 4.^a série do 1° Grau;

b) nível de atuação II, da 1.^a à 6.^a série do 1° Grau;

c) nível de atuação III, da 1.^a à 8.^a série do 1° Grau;

d) nível de atuação IV, da 1.^a à 8.^a série do 1° Grau e da 1.^a à 2.^a série do 2° Grau;

e) nível de atuação V, da 1.^a à 8.^a série do 1° Grau e da 1.^a à 4.^a série do 2° Grau;

f) nível de atuação VI, da 1.^a à 8.^a série do 1° Grau e da 1.^a à 4.^a série do 2° Grau;

g) nível de atuação VII, da 1.^a à 8.^a série do 1° Grau e da 1.^a à 4.^a série do 2° Grau.

3° - Os níveis de atuação são agrupados em séries de classes conforme a formação profissional mínima exigida para o exercício do Magistério.

4° - As classes são em número de 7 (sete), em função do nível de formação, assim integradas:

Classe A: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de 2° Grau, com 03 (três) séries;

Classe B: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de 2° Grau, com 04 (quatro) séries, ou de 2° grau, com 03 (três) séries e mais 01 (um) ano de estudos adicionais;

Classe C: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação, obtida em curso de curta duração, representada por licenciatura de 1° Grau quando se tratar de Professor;

Classe D: Pelo pessoal do Magistério

que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação, obtida em curso de curta duração ou mais 01 (um) ano de estudos adicionais, representada por licenciatura de 1° Grau quando se tratar de Professor;

Classe E: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação com duração plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor;

Classe F: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação com duração plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor;

Classe G: Pelo pessoal do Magistério que possui habilitação mínima, específica de grau superior, ao nível de graduação com duração plena, representada por licenciatura plena quando se tratar de Professor.

5° - Os níveis de atuação abrangem séries de classes assim distribuídas:

a) nível de atuação I, classes A, B, C, D, E;

b) nível de atuação II, classes B, C, D, E;

c) nível de atuação III, classes C, D, E;

d) nível de atuação IV, classes D, E;

e) nível de atuação V, classe E;

f) nível de atuação VI, classe F;

g) nível de atuação VII, classe G;

6° - Cada classe é composta de 11 (onze) referências, sendo que a primeira corresponde ao vencimento inicial da classe e as demais correspondem aos avanços diagonais previstos nesta lei".

Art. 2° - As atribuições e características pertinentes aos níveis de atuação VI e VII, e às classes F e G estão especificadas no Anexo que complementa o Anexo I da Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O Professor que conta com habilitação específica de grau superior, representada por licenciatura plena, ao ingressar no Quadro Próprio do Magistério o faz nos níveis de atuação IV ou V, classe E, não tendo maiores perspectivas de ascensão funcional que não sejam as onze referências de sua classe.

A medida que estamos propondo visa, ao criar dois novos níveis de atuação e duas

novas classes, abrir essa perspectiva, oferecendo ao Professor o necessário estímulo.

Face ao significado da nossa proposição, buscando valorizar a formação e o aperfeiçoamento da laboriosa classe dos educadores, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 227/95

Autorizatório

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, autorizado a implantar o curso de Introdução à Microinformática nas escolas de 1° e 2° graus, da rede de ensino público estadual.

Art. 2° - O Estado terá 90 (noventa) dias para regulamentar a disciplina, inclusive para aquisição dos micro-computadores necessários, a contar da data de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Ninguém ignora que o ensino tradicional se baseia fundamentalmente na linguagem, cujo objetivo principal é transmitir conhecimentos e propiciar ao educando instrumentos necessários ao desenvolvimento da sua intelectualidade e ao aperfeiçoamento de suas habilidades, favorecendo tanto a cultura da informação quanto a cultura da reflexão e da especialização.

Modernamente, entretanto, essa linguagem se vale de um recurso cuja função pedagógica pode ser discutível, mas cujo alcance prático se propala com a velocidade de um raio. Efetivamente a informática abre um leque incomensurável de oportunidades e fecunda um campo moderno de aplicação prática da aprendizagem.

Com os recursos da modernidade, há que se adequar o tradicional com o racional, a fim de que a eficiência e a eficácia conduzam aos fins e aos meios, tornando a transmissão de conhecimentos efetiva contribuição ao processo de informação e de formação, resguardadas as próprias técnicas de ensino, que vão desde a rotineira até a empírica, desde a teórica até a prática.

Não importando os fins e os meios, o que não se pode ignorar são as exigências de cunho didático-pedagógico e as de competência profissional. Se ser professor é ser presença, faz-se mister que processos e procedimentos, recursos e métodos não se limitem à generalização ou à sistematização e não se tornem prática estereotipada ou tecnicidade usurpada. Convenhamos, métodos e técnicas existem que não se bastam por si mesmos; todavia, a informática torna o ensino mais direto, mais objetivo,

ANEXO

QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO - MP

Estruturação da Carreira do Magistério - Grupo Ocupacional: PROFESSOR - MP 100

Níveis de Atuação	Códigos	Áreas de Atuação	Séries de Classes	Níveis de Vencimentos	Ref. nas Classes	Carga Hor. Sem.	Níveis de Formação (Habilitação Específica)
VI	MPP-106	1º e 2º Graus Completos	F	6	F1, F2, F3, F4, F5, F6, F7, F8, F9, F10, F11	20	Superior - Licenciatura Plena
VII	MPP-107	1º e 2º Graus Completos	G	7	G1, G2, G3, G4, G5, G6, G7, G8, G9, G10, G11	20	Superior - Licenciatura Plena

por oferecer um conteúdo não apenas livresco, mas associado a recursos de alta sofisticação e que despertam elevado grau de interesse e assimilação.

Por outro lado, não se trata apenas de estabelecer aqui o grau de relação entre o homem e a máquina, porém o de salientar a importância, hoje, da linguagem informática no processo escolar, cuja globalização envolve ações, tarefas, arranjos, operações que, distribuídas no complexo das relações humanas, acabam por contribuir significativamente para a plenificação do aprendizado em todas as áreas. Se assim não fosse, o aprendizado pecaria por fragilidade humana, social e técnica e os conhecimentos redundariam em fracasso como a querer provocar soluções sem premissas.

A informática deixou de exercer papel meramente auxiliar para surgir como novo engenho capaz de propor formas bem elaboradas de reflexão didático-pedagógica; sua linguagem direta e objetiva explora recursos que alimentam a curiosidade e despertam a atenção do educando, tornando-se fator de renovação por estimular uma reflexão metódica e até coletiva.

Constituindo-se em novo sistema e nova fonte de linguagem, a informática abre espaços e fecha circuitos capazes de criar uma nova ponte entre o significante e o significado, instituindo, entre o homem e a máquina, uma nova relação sem que haja ruptura dos laços originais que mantêm o professor umbilicalmente ligado ao aluno, nesse processo de interação que sustenta todo e qualquer aprendizado.

A tarefa da informática, como uma nova linguagem escolar, é mostrar sua função crítica no processo da aprendizagem, não se limitando apenas a informar, mas a incitar, a provocar, a motivar, a desafiar. Esse tipo de aprendizado pode valer não só para esta ou aquela disciplina, mas também para definir a própria função pedagógica, seja no conteúdo conceitual, seja no sentido reflexivo. Analítica ou descritiva, conceitual ou documentária, a informática, como nova linguagem escolar, é uma realidade nova e veio para ficar, tanto que é voz corrente que o analfabeto do ano 2000 será aquele que a desconhecer.

(Texto publicado por Paulo Moretti - Superintendente administrativo da PUC/PR)

PROJETO DE LEI N° 228/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar, ao Município de Lupionópolis/PR, o terreno (área) remanescente) de 1.000,00 m², constante do Lote 01-A - Q134.

O terreno em questão, com matrícula

sob n° 0954 do Livro 2 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Centenário do Sul/PR, foi anteriormente doado em sua totalidade, de 1.800,00 m², pela Prefeitura Municipal de Lupionópolis ao Governo do Estado do Paraná, para construção de uma Delegacia de Polícia, cuja obra totalizou 800,00 m².

Parágrafo Único - A área remanescente a ser doada, de que trata o "caput" deste artigo, destinar-se-á à construção de sede da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lupionópolis e fica gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lupionópolis, a exemplo de suas congêneres, vem, desde a sua fundação em 17.11.94, desenvolvendo um importante trabalho junto às crianças portadoras de deficiência daquele município.

Através do trabalho de um grupo de pessoas interessadas em promover o bem estar e o ajustamento do excepcional à sociedade, tem sido alcançado o objetivo primordial da instituição: a estimulação e aprimoramento do deficiente, melhorando desta forma sua vida.

Atualmente, devido à sua recente fundação, a APAE de Lupionópolis funciona em local provisório. Para que as atividades com os deficientes sejam desenvolvidas de forma a alcançar os resultados desejados, há necessidade de um local apropriado, que a Prefeitura objetiva construir, precisando para essa finalidade do terreno ora solicitado, que atende às necessidades da escola especial em questão, haja vista que de seu total anteriormente doado pela Prefeitura Municipal ao Governo do Estado para a construção da Delegacia de Polícia, foi utilizado apenas parte dele (800,00 m²), restando 1.000 m² - suficiente para a imprescindível construção.

PROJETO DE LEI N° 229/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Adrianópolis, com sede em Adrianópolis e foro no Município de Bocaiúva do Sul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Adrianópolis tem caráter assistencial e sem fins lucrativos, tem por finalidade oferecer melhores condições de vida às famílias de baixa renda. A documentação que instrui o presente plano de lei atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria, motivo pelo qual merece aprovação dos nobres Deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 230/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os servidores públicos estaduais que, anteriormente hajam ocupado cargo ou emprego temporário, período durante o qual tenham contribuído para o respectivo órgão de previdência, terão o referido tempo contado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa visa assegurar às pessoas que, antes de prestarem um concurso público e serem aprovadas, hajam desempenhado diversos trabalhos em cargos ou empregos públicos, em caráter provisório, a garantia de que terão esse tempo computado para a aposentadoria.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados, amigos do Plenário, visitantes que nos honram com suas presenças hoje aqui.

Venho a esta tribuna meu caro Presidente, Srs. Deputados, apenas para reiterar um posicionamento da região a qual represento, o nosso Sudoeste, com relação a situação econômica e social vivida pelo nosso País hoje.

É sabido que há poucos dias atrás os nossos agricultores foram às ruas. É sabido que vários segmentos da sociedade se manifestam constantemente com relação a situação econômica vivenciada pelo nosso País. E nós do Sudoeste, estamos recebendo, já nessa semana que passou, comunicado das Associações dos Municípios do Sudoeste do Paraná, da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Sudoeste,

da Associação dos Vereadores da Microrregião de Pato Branco, da Associação dos Vereadores da Microrregião de Francisco Beltrão, do Sindicato dos Trabalhadores do Sudoeste e do Sindicato dos Agricultores daquela região.

Foi decidido por estas entidades, após reuniões consecutivas em todos os Municípios, de que haveria uma paralisação no dia 21, amanhã, em todos os Municípios do Sudoeste do Paraná, nos trinta e oito Municípios da Região Sudoeste haveria uma mobilização como forma de marcar um posicionamento político sobre essa situação vivenciada, não só pela nossa agricultura, mas por todos os segmentos da sociedade que se recentem hoje devido aos problemas econômicos que atravessamos no nosso País.

Faço aqui esse registro dizendo que além da nossa presença lá amanhã, seremos solidários a esse Movimento acompanhando a concentração que se dará na Cidade de Francisco Beltrão, às 15:00 horas da tarde. E com a permissão dos meus companheiros Deputados, aqui faço extensivo essa solicitação de comparecimento que a mim fizeram colocando aos Srs. Deputados para que aqueles que puderem se façam presente neste ato, que é importantíssimo não só para a nossa região, mas que na verdade é mais uma mobilização que evidencia a dificuldade por que passa a nossa sociedade. São os pequenos empresários, são os agricultores, são os empresários de médio porte e até os industriais que estão numa situação difícil. Razão pela qual, é uma manifestação ordeira, mas que quer apenas mais uma vez registrar no nosso Sudoeste o "Grito de Alerta", como assim é colocado pelos organizadores, para que, mais uma vez, as autoridades possam sensibilizar-se com esta situação que está levando muitos empresários e várias pessoas do setor produtivo a terem que abandonar suas atividades, neste momento difícil porque passa nosso País!

Como Parlamentar, antes da crítica temos o dever da análise e a análise que fizemos é que realmente se não houver, por parte do Governo Federal, atitudes que possam devolver a força para o nosso setor produtivo, nós, sem sombra de dúvida, poderemos entrar num colapso social, levando muitos segmentos do nosso setor produtivo a estado de extrema dificuldade, paralisando as suas atividades e transformando o País como muitos países, que exemplos temos, aonde também há o desemprego, sucatearam o parque industrial arrebataram o setor produtivo, esperando manter uma moeda estável no setor econômico.

Espero que deste "Grito de Alerta" do nosso Sudoeste, possamos ter aqui o apoio e a solidariedade de outras regiões de nosso Estado, para que, mais uma vez, o

Paraná dê o alento necessário, para que juntos possamos reivindicar e encontrar as alternativas para a crise que aí está colocada.

Muito obrigado e fiquem os Srs. Parlamentares convidados a participar conosco, nesta mobilização, em Francisco Beltrão, amanhã às 15:00 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto,

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez o que nos traz à tribuna hoje é, em primeiro lugar, prestar, nesta tarde, em que se unem aqui as Lideranças do Litoral, do futuro Município, Pontal do Sul, nós, que somos um pequeno Partido, aqui na Assembléia, aliás o único Deputado sou eu, e atendendo a um pedido do nosso Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, e do nosso Líder, Algaci Túlio, o nosso Partido o PSC, o nosso voto é favorável à criação do novo Município, desse grande Município que será Pontal do Sul. Então queremos aqui, diante dos Senhores pedir o apoio, porque li ali uma frase que achei muito bonita: "Numa democracia cabe ao povo definir as regras." Acho que é isso mesmo! Nós, políticos, só estamos aqui, como Deputados, porque o povo nos colocou aqui, e a este povo que precisamos respeitar. Quando a grande maioria de um futuro município se une e define que quer ser um grande município, acho que nós, Parlamentares, que acreditamos no Paraná e neste País, temos que votar a favor do povo que quer se emancipar e criar um município.

Gostaria de deixar registrado, nesta tarde, Senhor Presidente, que concordo com seu pensamento, que recentemente foi dito e concordamos: "É preciso emancipar os municípios que querem se emancipar." E nosso Presidente, Anibal Khury, também disse que não é querer fazer mais gastos criar municípios, mas cada comunidade que se une... trabalhei muito tempo no interior e também moro numa cidade do interior, vemos como é importante o município ter a sua sede definida próximo a um povoado onde depois se torna um município.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço o apoio ao projeto dos Deputados Anibal Khury e Algaci Túlio, que faz com que o Município de Pontal do Sul, possa, partir de agora, se transformar num município e o município merece e é por isso que nós, o pequeno PSC do Paraná, vota por aquilo que deve ser feito, o poder, como diz a faixa, emana do povo e por ele será exercido, e nós aqui, somos passageiros, mas o povo será eterno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Luiz Amaral, Prefeito, de acordo com o requerimento aprovado na sessão de ontem.

O SR. LUIZ AMARAL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Presidente do Bloco Municipalista.

As Prefeituras do Estado do Paraná estão se mobilizando para promoverem de forma inédita no País, a primeira greve dos Prefeitos.

Parece-me estranho falar em greve de Prefeitos, mas é necessária. Não estamos fazendo uma manifestação contra alguém ou contra alguma coisa. A nossa manifestação é a favor de uma reforma tributária que está demorando e que precisa corrigir a injustiça na distribuição das receitas públicas no Brasil. É a favor do povo humilde que mora no município e que precisa de mais verbas para a saúde, para a educação, para a infra-estrutura, saneamento básico, enfim, todos aqueles serviços essenciais que a prefeitura presta à população e hoje estamos aqui nos pronunciando em nome dos 371 municípios do Estado do Paraná para mostrar aos Senhores, trazer a nossa humilde contribuição e tentar mostrar aos Deputados um Raio X da realidade financeira dos municípios paranaenses e dos municípios brasileiros.

Comenta-se muito que a Constituição de 88 trouxe mais recursos para os municípios e muitos ainda ousam dizer, que não transferiu serviços para os municípios. Vamos procurar mostrar, Senhores Deputados, que esta afirmação procede em parte. Na verdade, o ICMS que era de 20% a participação dos municípios foi elevado para 25%, mas apenas isso. Nenhum outro tributo contribuiu para melhorar a receita dos municípios.

As pessoas que analisam e dizem que as receitas municipais cresceram a partir da Constituição de 88 se baseiam num fato que não é verdadeiro. Porque eles se baseiam fazendo uma análise da arrecadação do ano de 1988 dos municípios comparando com o ano de 90. Só que o ano de 88 foi o pior ano da década de 80 para os municípios, porque foi o último ano do mandato dos prefeitos e os efeitos da Constituição que estava sendo elaborada naquele ano, fez com que os entes públicos não conseguissem arrecadar nesse período. E ainda a inflação que neste ano ela teve os seus números multiplicados, fez com que o ano de 1988 fosse o pior ano da década para a arrecadação dos municípios.

E no ano de 1990, logo após a entrada da Constituição de 88, foi o melhor ano em termos de arrecadação municipal dos últimos 20 anos. Isso em função do estancamento da inflação no início do Plano Collor

e, sobretudo, do bloqueio que o Plano Col-
lor fez das poupanças privadas, que fez
com que as pessoas físicas e jurídicas pu-
dessem pagar seus impostos com aquele di-
nheiro bloqueado. E com isso tivemos em
1990 a maior receita dos municípios dos
últimos anos.

Mas, foi em função desses fatos que
nós estamos colocando e não em função da
entrada em vigor da nova Constituição que
criou dois novos tributos e passou para o
município a arrecadação desses tributos:
que é o imposto sobre transmissão de bens
e imóveis e o imposto sobre venda de varejo
de combustíveis.

Acontece, Senhor Presidente, que esses
tributos eles não melhoraram em nada a ar-
recadação municipal. Porque antes o IPBI
os municípios já tinham 50% da arrecadação
do IPBI. E o IBVC também os municípios ti-
nham uma participação neste tributo que
era arrecadado pela União. Passou-se para
os municípios. O IBVC está em extinção es-
te ano e a alíquota é só 1,5%, neste ano.
E o IPBI só podemos cobrar sobre as
transmissões intervivos e não causa mortis
que não pertence ao município. Então fi-
cou, na verdade, elas por elas.

E a situação ficou a seguinte: a
União, de todos os tributos arrecadados no
País, a União ficou com 53.8%; o Estado
com 29.06% e os municípios com 17.2%. Os
municípios que é quem mais presta servi-
ços, principalmente serviços essenciais à
população mais humilde do Estado, fica a
carga do município que é quem tem menos
dinheiro.

E esta Constituição de 88 transferiu
aos municípios inúmeros serviços. Pela
primeira vez na história da República a
Constituição traz, no seu artigo 23 e 30 e
enumera inúmeros serviços que nunca antes
tinha trazido, expressos na Lei Magna es-
sas obrigações do município. Como assis-
tência à saúde pública, meio ambiente,
cultura, educação pré-escolar, ensino fun-
damental, produção agropecuária e abaste-
cimento alimentar, construção e melhoria
de moradia, saneamento básico, combate a
pobreza, educação para a segurança do
trânsito, transporte coletivo e tantos ou-
tros que a Constituição enumerou. Acontece
que além da Constituição enumerar estas
obrigações ela traz no artigo 30, inciso
5º, que tudo aquilo que é de interesse lo-
cal fica a cargo do município.

Então, a análise que fazemos é de que
em termos de repartição de competências,
de serviços, a União tem lá elencados os
seus serviços, o Estado tem também elenca-
dos os seus serviços, o município também
traz elencados os seus serviços. Entretan-
to, tudo o que não compete a União e ao
Estado, compete ao município. Portanto, a
competência do município ela é residual em

relação a União e ao Estado. E aí, Senho-
res Deputados, entram centenas e centenas
de serviços que nenhum legislador previu e
que o Prefeito é obrigado a atender porque
a população bate à sua porta todos os dias
e com ou sem recurso, com 17, com 20 ou
com 10% do bolo tributário nacional o Pre-
feito precisa atender esta população por-
que ela está necessitando desse serviço e
jamais um município perguntou ao Prefeito
se aquele serviço que ele está buscando na
Prefeitura está elencado na Constituição,
em lei complementar, em lei ordinária ou
aonde quer que esteja. O Prefeito é obri-
gado a atender porque é uma carência e uma
necessidade da população.

Por isso, Senhores Deputados, na saúde
pública que hoje é competência dos municí-
pios, em 1987 cada município recebia 80
dólares per capita anuais para atender a
população e hoje, em 94, melhor, cada mu-
nicípio recebe apenas 47 dólares per capi-
ta para atender a população. Há dez anos
atrás o município investia de um a dois
por cento na saúde. Hoje ele investe 10,
12, 13 até 15% na saúde. Hoje os municí-
pios paranaenses atendem um milhão de pa-
ranaenses com ou sem dinheiro. Na educação
temos na rede de ensino fundamental e pré-
-escolar, um milhão de alunos. Transporta-
mos 350 mil alunos por dia sem receber um
centavo do Governo Federal, do Governo Es-
tadual ou de quem quer que seja e nenhum
legislador previu em nenhuma lei esta des-
pesa que o Prefeito é obrigado a fazer pa-
ra garantir a universalização do ensino
que está nas costas do Prefeito Municipal.

A Lei Orgânica da Assistência Social
jogou para o município a obrigação de
atender crianças, idosos, deficientes e
tantas outras pessoas que precisam do po-
der público para sobreviver e nenhuma le-
gislação até agora previu de onde virão os
recursos para o Prefeito atender a assis-
tência social. Extinguiram a LBA e os Pre-
feitos hoje são obrigados a bancar todas
essas despesas que vão desde auxílio fune-
ral, tantos são que não dá nem para enu-
merar os serviços que prestamos na área da
ação social para a população dos nossos
municípios. Atendemos 800 mil pessoas no
Estado do Paraná por mês na área da assis-
tência social e a LOAS - Lei Orgânica da
Assistência Social prevê a criação do Con-
selho Federal, a criação do Conselho Esta-
dual e a criação do Conselho Municipal,
mas não prevê o repasse nem do Conselho
Estadual, nem do Conselho Federal para o
Conselho Municipal que é quem realmente
atende toda a população e nós estamos
atendendo.

Por isso que quando dizem que o uni-
cípio a partir de 88 está recebendo mais
recurso e menos serviço, ou a pessoa é de-
sinformada ou a pessoa está falando de má

fê, porque na verdade atendemos, temos três milhões de quilômetros de estradas para conservar, quando a União só tem 20 quilômetros. Temos 200 mil quilômetros de vias públicas pavimentadas para conservar, e a União só tem mais ou menos cinquenta mil; matrículas escolares temos dezoito milhões e a União tem aproximadamente quinhentos; matrículas pré-escolar temos um milhão setecentos e onze mil, enquanto a União tem apenas quinze mil; matrículas no ensino básico fundamental temos oito milhões e setecentos no Brasil, e o Governo Federal apenas noventa e cinco mil; estabelecimentos de ensino temos duzentos e quatro mil, trezentos e noventa e nove, e a União apenas oitocentos e oitenta e nove.

Bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é uma falácia dizer que os municípios têm dinheiro a partir de 88 e não tem serviço. Isto é lamentável.

Agora, gostaria de em poucas palavras, procurar mostrar a visão que temos das receitas públicas municipais para os Senhores Deputados. O sistema financeiro dos municípios hoje, para podermos demonstrar que realmente temos a maioria do serviço e ficamos com a menor parte do bolo. Hoje o município conta com as transferências federais, que é 95% constituído pelo FPM; as transferências estaduais que é 95% constituído das transferências através do ICMS; e temos as receitas próprias do município. No caso das transferências estaduais do FPM, o que não concordamos é de que o fundo de participação do município seja como ele é hoje 22.5% do FPM, a participação do município, que é a soma do imposto de renda e do IPI.

Muito bem, queremos modificar isso, queremos um percentual da receita global da União, por que o que o Governo fez com os municípios foi o seguinte: através de evasão fiscal e de renúncia fiscal o Governo diminui em 111% o bolo do FPM. O Governo Federal ele deu esmola com o chapéu alheio através dos seus incentivos fiscais e das isenções só este ano, Senhor Presidente, o Governo Federal contemplou dois mil e seiscentos produtos com isenções e incentivos fiscais, tirando do bolo do FPM sem perguntar para os Prefeitos se ele podia fazer isso. Além disso temos a recessão econômica que também contribui para reduzir o FPM.

Então, o fundo de participação tem tido uma queda brutal. Para que os Senhores Deputados tomem conhecimento, o mês de março deste ano, o fundo de participação foi 21,4% menor do que fevereiro. Neste mês de junho houve um aumento de 32% em função da arrecadação do imposto de renda. Mas a previsão para o mês que vem, já é de queda de 13%. Esta é a situação das

transferências federais, que para muitos municípios representa 60, 70% da sua receita.

E o ICMS, as transferências estaduais? Esta interessa mais de perto aos Senhores Deputados, porque a Assembléia Legislativa pode modificar isso. Não concordamos com o critério de distribuição do ICMS, primeiro porque o artigo 158 da Constituição Federal, parágrafo único, estabelece o seguinte: que na distribuição do ICMS para o município, os produtos industrializados, aqueles que têm valor agregado, pesam 75%. Então, a Constituição Federal vestiu uma camisa de força, deixando apenas 25% para a Assembléia Legislativa estabelecer critérios de devolução do ICMS para os municípios.

E estes 25% que a Assembléia Legislativa tem para estabelecer critérios para devolver para os municípios, também achamos que é injusto, data vênica. Por quê? Porque na verdade, este critério acaba penalizando os municípios de produção agropecuária. Porque o critério, hoje, é o seguinte: produtos agropecuários - peso de 8%; população - peso - 6%; fator ecológico - 5%; área territorial do município - 2%; número de propriedades rurais - 2% e um fixo de 2%.

Isso traz conseqüências, porque na verdade a grande maioria dos municípios do Paraná têm como principal atividade econômica a atividade agropecuária e se este produto só pesa 8% na devolução destes tributos, é claro que o município produz riquezas para o País e não recebe o correspondente em tributos para atender a sua população.

Esta agricultura que na verdade em torno dela está 40% da mão-de-obra do país, 37 milhões de pessoas e a grande maioria dos municípios agrícolas não recebe aquilo que merece. Tenho aqui o ICMS recebido por alguns municípios agrícolas em maio, por exemplo: Jardim Olinda, recebeu em maio apenas R\$ 8.000 de ICMS. Santa Inês recebeu R\$ 8.894, Flórida recebeu R\$ 8.900 de ICMS e o FPM do mês de maio foi R\$ 57.000. Então, a receita destes municípios não chega a R\$ 80.000. São municípios de até 10.000 habitantes e o Paraná tem 124 municípios de até 10.000 habitantes.

Portanto, com que recursos estes municípios, estas prefeituras vão conseguir atender toda esta demanda que a crise econômica gerou na população no interior do Estado do Paraná? É por isso que estamos preocupados, é por isso que estamos nos manifestando.

E as receitas próprias municipais, além das transferências federais e estaduais, compõem também as receitas municipais, os impostos municipais que chamamos de receitas próprias. Este, dificilmente

ultrapassa 10% de toda a receita de um município. Só municípios grandes ultrapassam os 10%.

E o sistema tributário nacional dá ao município direito dele cobrar IPTU, ISS, IVWS, IPVI, as taxas e contribuições de melhorias. Só que o legislador brasileiro, quando estabeleceu que estes tributos municipais comporão as receitas próprias dos municípios, os legisladores se esqueceram de que temos milhares de municípios que são de populações carentes e que o poder público não tem o que tributar, e eu perguntaria: o que o município pode tributar de IPTU, de uma comunidade pequena e pobre? O que ele arrecadaria de ISS, que ele pode tributar o setor de serviços? Ele não arrecada quase nada. O ITBI é só 50%, só da transmissão inter-vivos.

Com isso, os municípios são vítimas da má distribuição de renda, principalmente os municípios pequenos. São vítimas da má distribuição de renda, principalmente os municípios pequenos, e os tributos municipais não conseguem dar receita necessária para esses municípios sobreviverem e vou dar alguns dados estarrecedores sobre essa questão, porque entendemos que os municípios menores é que estão sendo inviabilizados, porque o FPM tem um critério distributivo de renda, o critério populacional. O ICMS é um critério redistributivo de renda. Recebe quem produz. O FPM é um critério compensatório, segundo a população, mas o nosso sistema tributário penaliza os pequenos municípios e temos no Brasil, 4.975 municípios, sendo que apenas 756 municípios têm mais de 20 mil habitantes.

Perguntaria: o que os municípios que têm menos de 20 mil habitantes, que são em número de 4.209, conseguem arrecadar com IPTU, ISS, IVVC ou OPVI. É insignificante o que eles conseguem arrecadar. O nosso sistema é injusto, porque as 27 capitais brasileiras que têm 24% da população, arrecada 61% de todos os tributos municipais arrecadados no Brasil, ficando apenas 39% de todos os tributos municipais arrecadados no Brasil, para 4.948 municípios.

E por isso, Senhor Presidente, é por isso que assistimos ao êxodo das populações do interior, porque nenhuma prefeitura do interior tem margem de receita para fazer investimento e se não tiver investimento na zona rural, nas pequenas cidades do interior, a população vem para os grandes centros em busca de melhores qualidades de vida e estamos assistindo ao longo dos anos este êxodo e que uma das causas é exatamente esta injustiça que se faz com a distribuição das receitas públicas, penalizando os quatro mil e poucos municípios que têm menos de 20 mil habitantes, que têm poucas transferências federais, esta-

duais e quase nenhuma arrecadação própria no seu município.

Agora, nós do Paraná, estamos fazendo uma greve, porque sabemos que o governo federal, no seu plano de estabilização econômica, que começou com a criação da URV, depois, instituiu o Real e agora está partindo para as reformas estruturais e faz parte das reformas estruturais, a reforma tributária e essa nos diz de perto. A reforma tributária é o motivo pelo qual as prefeituras do Paraná fecharão no dia 23, numa manifestação de desacordo com esta morosidade na modificação do sistema tributário brasileiro, que penaliza os pequenos municípios, sobretudo os municípios da economia agrícola. Mas antes dessa reforma tributária, não podemos discutir a reforma tributária. Quais são os tributos que serão instituídos e como será a distribuição deste tributo para os três entes federados: Estado, União e Município.

Antes disso, há que se discutir qual é o tamanho do Estado brasileiro, o que o Estado brasileiro tem como tarefa. Se são só as políticas sociais básicas ou se vai competir ao Estado brasileiro outros serviços também na área econômica. É preciso definir quais são os serviços, claramente, que competirão ao Governo Federal, Estadual e Municipal, para depois, dizermos quais serão os tributos que competirão à União, ao Estado e ao Município. No momento que tivermos claro, definida qual será a tarefa das prefeituras, a tarefa dos municípios, poderemos definir quanto de dinheiro vamos precisar para atender a população e cumprir esta nossa tarefa. Queremos saber quem é que vai pagar a fatura dos serviços prestados pelas prefeituras. Porque hoje, as prefeituras prestam um serviço maior do que a fatura que ela apresenta em termos de retorno financeiro.

Além desses problemas, ainda temos uma preocupação grave. Que existe por parte do governo federal a intenção de desconstitucionalizar as receitas municipais. Excluir da Constituição os tributos que competem ao município. E quero alertar que este é um problema grave. Porque a segurança dos municípios, a autonomia dos municípios só será garantida com dinheiro. Sem dinheiro, toda autonomia será violada. E a autonomia do município só terá garantia quando os recursos que competem aos municípios estiverem elencados na Constituição Federal, porque daí o Congresso Nacional necessitará de 3/5 para modificar esse sistema de distribuição.

Ao contrário, se permitirmos a desconstitucionalização dos tributos, qualquer governo poderá descompor as receitas municipais ou através de leis complementares, leis ordinárias que exigem apenas quórum qualificado ou até através de uma

medida provisória, sem consultar ninguém, ele poderá, simplesmente, alterar todo o sistema tributário e jogar novamente o município numa situação desesperadora aonde os prefeitos vão acabar se entregando politicamente para quem quer que seja para salvar a situação dos municípios e da população para quem ele foi eleito para cuidar.

Por isso, não quero me alongar, penso ter contribuído com algumas informações e com a visão municipalista da reforma tributária, com uma visão municipalista do atual sistema e achamos, também, que podemos dar uma humilde contribuição para a discussão que está se iniciando no país agora em torno da reforma tributária.

Nosso movimento, repito: não é contra ninguém. É a favor de uma reforma tributária justa, é a favor do povo, dos nossos municípios, das pessoas humildes, das pessoas desempregadas, das crianças, dos velhos, dos idosos, da educação, da saúde e da infra-estrutura. Este é o sentido do nosso movimento. Por isso, é um movimento nacionalista e nós aqui, neste momento, pedimos aos Senhores Deputados, que estejam solidários no dia 23 com todos os prefeitos do Paraná, em função das graves dificuldades que encontramos para desenvolvermos a administração pública em nossos municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência agradece a presença do Prefeito Luiz Amaral e faz com que se registre, aqui, a sua magnífica explanação sobre a situação dos municípios brasileiros.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria me associar às suas palavras, Senhor Presidente, em nome do Bloco Municipalista para também poder externar aqui a nossa gratidão, o nosso respeito e os nossos cumprimentos ao Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, o Prefeito Luiz do Amaral, pela brilhante explanação, pelos números que colocou a todos nós, principalmente aqueles que estão preocupadíssimos com os seus municípios, que estão diuturnamente com a mente voltada para a sua base eleitoral.

É pena que a Casa não esteja completa no dia de hoje, e é pena também que nem todos puderam acompanhar de perto o que aqui foi colocado pelo nosso eminente Presidente, mas gostaria, Senhor Presidente Luiz do Amaral, dizer que o Bloco Municipalista está a sua disposição e parabeniza a todos por este trabalho. Vossa Excelência e sua equipe, e demais Presidentes das microrregiões do Estado do Paraná, contando, é claro, com o apoio de todos os Senhores Parlamentares para que no dia 23

possam fazer chegar até seus municípios o grito de alerta, o chamamento necessário que se faz em todo o Estado do Paraná, para que as Prefeituras encerrem, fechem as suas portas, deixando tão somente que dê atendimento nas áreas essenciais, principalmente na área de Saúde. Nas demais, é claro, que deixem de trabalhar no dia 23, para que a população, para que o povo, para que as autoridades, a imprensa enfim, possa tomar conhecimento da atual situação que passam todos os municípios do nosso Estado do Paraná.

Desta feita, mais uma vez, muito obrigado, Presidente Anibal Khury, por esta oportunidade que Vossa Excelência concedeu ao mais legítimo representante dos municípios do Estado do Paraná aqui nesta tarde, nesta Sessão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças: PFL, PSDB, PPR, PMDB, PT, PSC.

(Todos declinaram).

PTB com a palavra. Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em rápidas palavras, eu me senti estimulado e tocado a subir nesta tribuna para trazer aqui o meu apoio aos municípios do Paraná nessa sua movimentação, nesse seu apelo, nesse seu grito de alerta em prol da reforma tributária e da mudança desse quadro de centralização financeira que penaliza todos os municípios deste nosso País. Sei que hoje temos dois temas aqui: de emancipação dos municípios do litoral e a questão trazida pelo Prefeito Amaral - que é Presidente da AMP - que é a reforma tributária.

Ouvindo o Prefeito Amaral me lembrei do período em que fui Prefeito de Cornélio Procópio, período em que fui Prefeito de Cornélio Procópio, período de agonia, de desespero, da política do pires na mão, da dependência das administrações municipais, dos poderes tanto estadual como federal. É hora de todo o nosso País, todas as lideranças políticas responsáveis se unirem em torno desta idéia de reforma tributária no sentido do fortalecimento das administrações e dos poderes locais. Com o atual sistema, todos perdem. Com um novo sistema descentralizado, todos ganham. Não há que se discutir se o serviço prestado à comunidade é estadual, municipal ou federal. A constatação é óbvia. O município gasta melhor, com mais eficiência e está mais próximo dos problemas, e pode, de maneira local, criativa, respeitando as características e a cultura daquele povo, resolver este problema, a melhoria de qualidade de

vida está intimamente ligado ao fortalecimento do poder local.

A centralização tributária nas mãos do Governo Federal, leva à corrupção, à política do pires na mão e à politicagem, à dependência dos Prefeitos, tanto ao Governo do Estado como ao Governo Federal. A descentralização e o fortalecimento das administrações locais leva à independência, autonomia, e como já disse, a solução local e criativa dos problemas que as comunidades vivem, respeitando as características próprias de cada uma delas.

Em nome da AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná, cuja sede é a Cidade de Cornélio Procopio - da qual já, honrosamente, fui Prefeito - em nome daqueles Prefeitos, trago o meu apoio ao Prefeito Amaral - Presidente da AMP - a esta grande iniciativa, e no dia 23, em nome de todos esses municípios, estarei também unido àqueles Prefeitos, participando dessa grande movimentação.

E, com relação aos amigos do Litoral - não sou representante do Litoral - esta Casa discute muito a questão da emancipação dos municípios, e ficou estabelecido que não passa nenhuma emancipação que não cumpra os requisitos. O de vocês cumpriu e por isso voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nelson Tureck com a palavra.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, nossos amigos companheiros que querem a emancipação, a sua vida própria: Ponta do Sul desmembrar da região e do grande Município de Paranaguá.

Senhor Presidente, subimos a esta tribuna para dizer dos programas do Governo do Estado, programas voltados à industrialização, programa voltado aonde o nosso trabalhador, o nosso jovem, o nosso estudante, que muitas vezes sai de uma faculdade, de um ginásio, de um 2º grau, para fixar lá no interior, para não vir para Curitiba, ou ir embora para São Paulo ou para Santa Catarina. Programa de desenvolvimento dos Barracões Industriais, aonde estivemos juntos esses dias, Governo que assinou 29 Barracões, mais 39, já num total de sessenta e poucos Barracões. Programas fantásticos, aonde teremos novas indústrias, novas empresas, mais pais de família trabalhando, mais jovens trabalhando, contribuindo para que tenhamos mais dinheiro na área da saúde, mais dinheiro na área da educação.

Senhor Presidente Anibal Khury, Líder do Governo Algaci Túlio, Senhores Deputados. Subo a esta tribuna mais uma vez, para dar o testemunho, porque o Nelson Tu-

reck é a favor da emancipação de municípios. E subo nesta tribuna Senhores Deputados, Senhor Presidente, com muito orgulho, com muita fé e com muita alegria de ver estampado no rosto dos paranaenses de Pontal do Sul, no rosto do jovem, no rosto do professor, no rosto do agricultor, no rosto do funcionalismo público, no rosto da Associação dos Pescadores, no rosto do mais simples trabalhador que quer o futuro, que quer esse Distrito ser um município administrado por sua gente, para ter um Prefeito, para ter seus Vereadores.

Parabéns a vocês, parabéns ao Algaci Túlio - que é autor desse Projeto - e também parabéns ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Senhor Anibal Khury, que é uma das pessoas hoje, um dos Deputados que mais municípios emancipou no Estado do Paraná, contribuindo pelo progresso e pelo desenvolvimento.

E, quando se fala em emancipação, vemos as emancipações que saíram na região de Umuarama, do nosso querido Deputado, o Deputado Nelson Garcia. Vemos as emancipações que deram certo na região de Marechal Cândido Rondon, do nosso amigo Élio Rusch. E dizer, Senhor Presidente, a emancipação - o Nelson Tureck é a pessoa responsável e capacitada para dizer, porque fui Prefeito de uma cidade que emancipou, Prefeito aonde Deputados aqui votaram pela emancipação do Município de Luiziana, aonde vimos, na oportunidade, que o Prefeito, os Vereadores, eram contra a emancipação. Era um direito do Prefeito, era um direito dos Vereadores, assim como tínhamos pessoas da comunidade que eram contra - é preciso respeitar a opinião - mas tínhamos a maioria da população que queria ver o progresso, o desenvolvimento de uma cidade com vida própria, feliz, uma cidade com vida nova, para que possa traçar com o seu povo os seus destinos!

Quando se fala que hoje não é viável a criação de municípios por causa da situação do País, ela vai melhorar, e não é por isso que vamos votar contra alguém que quer traçar o futuro de sua cidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Município de Luisiânia não tinha um palmo de asfalto, só tinha 15 casas de comércio e todos diziam que quando se emancipasse não teria condições de pagar os seus funcionários, foi ao contrário, dos 26 municípios da CONCAM, é o 6º.

Estive lá em Pontal do Sul, junto com os Deputados, junto com o Líder do Governo, Algaci Túlio, e que leva também o apoio do Presidente da Assembléia, Anibal Khury, tenho certeza que vocês vão ser uma cidade feliz, porque vocês dão de 10 a 0 em tantos municípios. Contem com o apoio, contem com o voto do Nelson Tureck.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão, excluído o Item 01. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/95, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Senhor Governador do Estado a ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, a ausentar-se do País, no período compreendido entre 23 de junho e 06 de julho do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação,

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Anexo o Projeto de Lei nº 145/95. (Publ. no D.A. nº 24 de 27.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Algaci Túlio, visa autorizar a realização de plebiscito no Município de Paranaguá, na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná.

A matéria em tela não cumpre as exigências contidas no artigo 19 da Constituição Estadual, especialmente o que prescreve o parágrafo segundo, assim como os requisitos da Lei Complementar nº 56/91.

O vício de que padece a proposição objeto desta análise é sanável mediante a complementação das exigências constitucionais e legais, razão pela qual solicitamos seja o Projeto de Resolução nº 007/95 devolvido para o autor a fim de que o mesmo proceda diligências no sentido de providenciar a documentação para instruir devidamente o processo em causa.

Segue apensa relação dos documentos necessários para possibilitar a emissão de voto favorável à matéria.

* No curso da reunião, os documentos solicitados pelo Relator foram trazidos ao processo, tendo o Presidente retornado a palavra ao Relator, Deputado Emerson Nerone. Este manifestou verbalmente seu parecer pela aprovação do projeto, tendo em vista a complementação dos documentos e correção das irregularidades apontadas. Submetido o parecer a votação, o Plenário aprovou por unanimidade.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

O SR. ANGELO VANHONI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostaria primeiramente de me apresentar aos Deputados Jocelito Canto e Tureck e aos demais Deputados: sou nascido em Paranaguá, minha família é de Paranaguá, meus avós e meus bisavós colonizaram a Cidade de Paranaguá, com a enxada na mão, com as mãos cheias de calos, na pequena agricultura da região das colônias da Ci-

dade De Paranaguá...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Recomendando às galerias que se conservem em silêncio; estamos na Casa do povo e espero que as galerias se comportem como se estivessem em suas casas.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, entendo a intenção e o sentimento das pessoas que estão presentes nesta Casa de Leis.

São trabalhadores, são filhos de Paranaguá que moram na região do litoral, das praias, que lá vivem, que lá sofrem há muitos anos. No entanto tenho a tranquilidade para vir abrir a discussão de um entendimento diferenciado da população que hoje está aqui presente e, sem dúvida nenhuma, de um grande número, talvez da maioria, da grande maioria do litoral do nosso Estado.

Acho que quando o Prefeito de Assis Chateaubriand desceu de graus e me cumprimentou, eu disse: "Prefeito, uma grande coincidência aconteceu, porque Vossa Excelência veio aqui hoje, anunciar à Assembleia Legislativa de que nada mais que 127 municípios do Estado do Paraná têm uma população com menos de dez mil habitantes. Mais do que isso. Vossa Excelência, Prefeito Amaral, chamou a atenção dos Deputados pela grave situação que passam os municípios não só do Paraná, mas do Brasil, em relação à participação nos tributos federais, estaduais e municipais.

O Prefeito Amaral não apenas salientou pelo grave problema tributário existente no Brasil e pelas possíveis modificações que a reforma tributária vai impor à Nação, prejudicando ainda mais os municípios do nosso País. Mais do que isso. O Prefeito Amaral, veio nos comunicar que no dia 23, as prefeituras do Estado do Paraná estarão cerrando as portas em função do estado de falência que atinge a maioria dos municípios do nosso Estado.

Ora, quero fazer discussão com cada um dos senhores, discussão franca, honesta, sem paixões. O município que ora está em pauta para ser criado é onde vocês moram e trabalham, onde o filho de vocês nasce e com certeza, sente a falta da escola, a falta de uma perspectiva de vida. A reivindicação maior que cada morador das praias tem, Deputado Algaci Túlio, é a reivindicação de que não tem infra-estrutura urbana na região das praias, de que o Estado através da Prefeitura de Paranaguá, que tem a sua função principal de garantir minimamente saúde, educação, desenvolvimento, direito a meio-fio, o cidadão tem que ter direito a meio-fio, à luz elétrica, direito de não ter a poça de água na frente da sua casa, que não seja motivo

para as endemias e epidemias trazerem problemas de saúde às suas populações.

Pois bem, vamos pegar o argumento, não o que o Angelo Vanhoni trouxe a esta Assembleia. Vamos utilizar o argumento do Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná. A participação que a Prefeitura de Pontal do Paraná, as verbas criadas, as verbas que estarão à disposição de vocês, para atender qualquer reivindicação, não ultrapassam a cem mil reais por mês.

Deputado Tureck, Vossa Excelência conhece as praias? Já degustou o prazer do sol e da maravilha do litoral do Paraná? Com certeza já, e tenho certeza que Vossa Excelência conhece.

Pois bem, as praias nos dias de hoje, cinco mil pessoas vivem nas praias hoje.

Na época da temporada, quando chega o verão, o Paraná inteiro, pessoas que moram em outros Estados - gente de São Paulo, gente de Santa Catarina, vêm usufruir do litoral paranaense. Sabe o que acontece nas praias, Deputado? Quatrocentas mil pessoas! Sabe a população de Paranaguá, toda? Cento e cinquenta mil pessoas!

É lógico, é evidente, é transparente, é cristalino que nenhuma prefeitura, nem a de Paranaguá, que tem um poder de arrecadação com 150 mil pessoas morando, um porto forte que exporta todos os produtos forjados e construídos no Estado do Paraná consegue, sequer, resolver os problemas da Cidade de Paranaguá! Quanto mais, Deputado, resolver os problemas de 400 mil pessoas na época da temporada!

O que falta, Senhores Deputados, não é criar o município. O que falta é aos políticos que governam e que governaram o Estado do Paraná, vergonha na cara e entender que, abaixo da Serra do Mar, moram milhares de pessoas que, nos últimos anos, não obtiveram nenhum investimento por parte do Governo do Estado. As crianças que nascem no litoral atingem o maior índice de mortalidade proporcionalmente em relação ao Estado do Paraná.

Tenho certeza que se alguma região como Arapongas, Cianorte, qualquer outra região do nosso Estado, se os problemas que acontecem nessas regiões fossem os mesmos que acontecem na Cidade de Paranaguá e no litoral, tenho certeza que esta Assembleia faria coro para cobrar os investimentos do Governo do Estado.

No entanto, vejo a discussão invertida. Quero saber se os Deputados estão compromissados, todos aqui, vamos fazer um pacto, vamos fazer um compromisso. É saúde que o povo do litoral precisa? É um hospital regional que o litoral precisa, com uma UTI com capacidade de cuidar da saúde do nosso povo, que não tenha que ser transportado para Curitiba, às pressas,

debaixo de neblina, tendo que enfrentar uma serra quando acontece qualquer problema mais grave. Quero saber se precisa investimento na área do turismo. Muito se tem falado, muito se tem dito.

Quero saber da canalização da água pluvial. Não quero nem saber, nem reivindicar o esgoto no litoral, quero a canalização das águas pluviais. Sabe qual é a maior queixa dos curitibanos que vão ao litoral? Sabem qual é a reivindicação deles que atinge vocês que moram lá, todos os dias? Sabem qual é a reivindicação dos curitibanos? - "Ora, não posso mais ir desfrutar do meu lazer, porque a chuva vem e a água fica na frente da minha casa!".

Quero saber então o compromisso com a SANEPAR para investir, para acabar com os problemas das águas pluviais no litoral, porque a prefeitura do Pontal, Deputado Algaci Túlio, não conseguirá resolver este problema. E se não conseguir resolver este problema, isto diz respeito a investimentos maciços de recursos que só o Estado do Paraná tem condições.

Quero saber se Vossa Excelência tem um compromisso, também, junto com essa população e junto com todos aqueles que querem ir lá para o litoral, no final do ano, se comprometer de que a SANEPAR - nos próximos dois anos - vai investir recursos para dragar o canal, para resolver o problema das águas pluviais, vai resolver o problema do acostamento na BR - que não tem acostamento.

Então, Senhores, o problema é muito mais de investimentos e de responsabilidade pelo Poder Público do Estado do Paraná, que tem ficado de olhos vendados, de costas para o litoral. As outras regiões do Paraná não sofrem o que o litoral sofre. Não vi até agora nenhum Deputado se manifestar na Assembléia Legislativa a respeito dos problemas do litoral. Vi, Deputado Jocelito Canto, Vossa Excelência ser a favor do plebiscito, Vossa Excelência fazer um belo discurso a favor de uma reivindicação justa dos companheiros.

Sabem por que o povo do litoral quer a emancipação? Não é porque queira eleger vereador, dar salário para vereador, dar salário para prefeito. Não é por isso. O povo do litoral está hoje exigindo a sua emancipação porque quer investimentos lá no litoral; há problemas de saúde, de saneamento básico; que o Estado se preocupe com aquela região, porque tem gente que mora lá, tem habitantes que moram lá e que merecem o mesmo respeito que outros habitantes do Estado do Paraná.

E sistematicamente vem Governo atrás de Governo, e o litoral do Paraná continua esquecido. Lamento, meus companheiros, meus conterrâneos; o plebiscito, a aprovação, a constituição de uma prefeitura em

nada vai resolver o problema de vocês e dos filhos de vocês, se o Estado do Paraná não entender que o litoral é uma prioridade e está esquecido há mais de vinte anos. Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Para encaminhar) - Nobre Presidente, Senhores Deputados, como o Deputado Vanhoni citou o nosso nome por duas oportunidades, queremos esclarecer quais são os motivos que nos levam a votar favoravelmente e a discordar do pensamento do Deputado Vanhoni.

Primeiro, Senhor Presidente, estamos enfrentando uma emancipação também na cidade que representamos, Ponta Grossa; o vizinho Distrito de Carambeí, que pertence a Castro, também vai se emancipar e se tornar município, saindo da área de ação do município de Castro. Voto a favor da emancipação de Carambeí, explicando até o caso da emancipação de Pontal, só para os Senhores entenderem porque voto a favor da emancipação dos municípios.

Na região de Carambeí existe um pedaço do Município de Ponta Grossa, que está como Pontal, hoje abandonado e esquecido pelo Prefeito da sede do município. Fazendo campanha lá, o que os moradores mais pediram, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que eu lutasse juntamente com os atuais Deputados, para que se emancipasse Carambeí, e com isto, aquele pedaço do interior que pertence a Ponta Grossa não mais quer pertencer, porque lá só aparecem candidatos em época de eleição. Depois, eles ficam marginalizados, ficam esquecidos até a próxima eleição.

Então, Senhor Presidente, voto a favor da emancipação e acho que o litoral precisa de apoio. É que o litoral do Paraná ainda não teve, mas terá agora um Governo sério no Estado, que vai realizar o que é preciso realizar nas praias do litoral. Um Governador que começou o seu mandato com uma operação gigante em todas as praias do litoral. É este Governo que os Senhores vão sentir no litoral agora. Não o Governo da contra-mão. É o Governo do Governador Lerner, que tem uma grande visão social e política para transformar o litoral do Paraná.

O Governo pretende investir no litoral do Paraná. Não são maus políticos, Deputado Vanhoni, são agora os novos políticos que estão assumindo, aqueles que têm responsabilidade para com a população. E aí está um Governo do Estado que vai ter responsabilidade com o litoral. E quanto a Pontal, merece ser município sim, porque primeiro: se o litoral não tem Deputado e não tem obras no litoral, por que o lito-

ral não tem? Porque o litoral não tem obras do Governo? De que lado que ficaram os seus Parlamentares nesta Casa diante do Governo do Estado? De que lado eles ficaram sempre, senão na contra mão?

Então, Senhores visito o litoral todos os anos e acredito que o litoral do Paraná precisa de investimento, mas as grandes cidades do Paraná nascem nos pequenos Municípios. E agora o Deputado Vanhoni falou que os municípios estão quebrados. Quebrados porque são mal administrados, quebrados porque não são bem colocados, porque conheço Prefeituras do Paraná que têm dinheiro sobrando? sobrando por quê? Porque os Prefeitos são competentes, são capacitados. E é por isso que muitas Prefeituras estão bem.

Vou dar um exemplo na região da COMCAM, do Deputado Nelson Tureck. Conheço um pequeno município, pequeno que hoje é gigante, que não deve nada para ninguém; pequeno, acho que muito menor que Pontal quando se tornou município, e que paga em dia os seus funcionários, faz as obras por conta própria, está construindo a cidade, é na região do Deputado Nelson Tureck, e tem dinheiro em caixa sobrando. Mas lá tem um prefeito competente, um prefeito que quer realizar.

Senhor Presidente, para finalizar, só gostaria de dizer que estranho que o PT do Deputado Vanhoni, com todo o respeito que tenho pelo Partido, que fica ao lado do povo, ao lado dos movimentos populares, agora eu vejo na contra-mão, representado na figura do líder do PT, o Deputado Vanhoni; vejo o PT numa manifestação contra o povo, uma manifestação popular, uma manifestação que vem do povo.

Estranho, Senhor Presidente, mas deixo claro que votamos a favor dos pequenos municípios, porque os pequenos municípios não dão gastos para ninguém; criando novos municípios é que haverá grandes municípios; é trazendo novos políticos que se terá um Parlamento forte, um País melhor. Então, quero deixar bem claro que estamos a favor, e peço aos companheiros: vamos ajudar esse novo município. E eu, como Deputado sozinho desse PSC, me proponho a ajudar o litoral, sim, toda vez que o litoral pedir, lá estarei para ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARAES (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, só para esclarecer a questão do pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, na questão do Município de Carambeí. Município de Carambeí já foi votado no seu projeto de emancipação, de autoria do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, e hoje está no Tribunal Regional Eleitoral para ser viabilizado documento para que, já no pró-

ximo ano, tenha eleição para Prefeito.

Era só para esclarecer.

O SR. EMERSON NERONE (Questão de Ordem) -

Senhor Presidente, uma vez o PT foi citado pelo Deputado Jocelito, quero apenas complementar que, quando seu Partido fez um acordo com o Partido do então Presidente Fernando Collor, na época da eleição, aquela foi a maior manifestação anti-popular da história do País.

Quando o Deputado Ângelo Vanhoni subiu, em nome do PT, para defender verbas para o Estado do Paraná, ele falava e não citava que ele e o Deputado Algaci Túlio criaram nesta Casa, este ano, o Conselho de Desenvolvimento do Litoral, que vai ter o apoio do Governo do Estado para levar recursos para o litoral do Paraná.

E o Deputado Algaci Túlio, junto com o Deputado Vanhoni, criaram este Conselho e não houve nenhuma interferência de sua parte. Tampouco o Senhor tem conhecimento de causa do que fala.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - "Artigo

105 - O Presidente poderá recusar a palavra ao Deputado que, ao solicitar Pela Ordem, não indique desde logo, o Artigo do Regimento Interno".

Concedo a palavra ao Deputado Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Quero cumprimentar o Prefeito de Paranaguá, que aqui se encontra, e os Líderes de Pontal, Santa Terezinha, Praia de Leste, Ipanema, que aqui estão.

Senhor Presidente, primeiramente, seria injusto não enaltecer aqui as palavras, tão bem colocadas, com muito brilhantismo, com muita propriedade, pelo Deputado Vanhoni. Meus parabéns, Vanhoni, você realmente defendeu o que é justo que você defenda. Você é nascido em Paranaguá, aqui está presente o teu Prefeito, o Prefeito de Paranaguá. E eu que já passei por isso, eu que na minha Cidade de Mandirituba vi também um pedaço ser desmembrado, eu senti! Senti na carne! Porque na verdade nós sentimos, naquele momento em que o Deputado Anibal Khury apresentava aqui o Projeto, eu sentia que ele estava nos afastando, que o povo da Fazenda Rio Grande estava sendo afastado de Mandirituba. Fiquei triste naqueles minutos, naqueles dias, naquelas semanas e naqueles meses, mas hoje, Prefeito de Paranaguá e Vanhoni, estou agradecido, alegre, ao Anibal Khury - que apresentou o Projeto - e o povo da Fazenda Rio Grande está feliz porque hoje vive por si próprio, se emancipou, se realizou, e está galgando uma posição de destaque no Paraná, visto que a nossa ci-

dade, a Fazenda Rio Grande, pelos dados da SANEPAR e da COPEL, é o município que mais cresce hoje no Estado do Paraná.

Prefeito Tortato, de Paranaguá, Vossa Excelência está fazendo o que um Prefeito honrado como você, faz, você é um Prefeito que está defendendo o torrão de Paranaguá, mas você o faz porque é Prefeito de todo município, mas há de convir comigo e - peço aqui em nome desses abnegados líderes do litoral - lhe faço um pedido: não use recursos jurídicos para impedir este povo de votar livremente em favor do plebiscito.

Paranaguá é para nosso Estado, o berço da civilização; foi a cidade que teve a primeira Câmara de Vereadores; é um berço de tradição, de história, de política e de gente da maior capacidade. Não concordo com o Deputado Jocelito quando se referiu aos poucos recursos do Estado do Paraná, ao litoral. Represento uma parcela do litoral, sou o mais votado em Matinhos. Não sou só eu. O Deputado Luiz Carlos Alborghetti, um líder incontestado do litoral, gritando, não só desta tribuna, mas gritando no seu programa de televisão, em benefício de recursos para serem administrados no nosso litoral, mas o Norte do Paraná, o pessoal do Norte - com respeito aos Senhores Deputados - ficaram muitos anos para descobrir que o Paraná tinha suas praias, porque o povo que tinha dinheiro, os mais ricos do nosso Estado, nunca procuravam as praias do Paraná, mas sim de Camboriú e outros balneários de Santa Catarina e, inclusive, do Estado de São Paulo.

Há pouco tempo se acordou com a realidade da força do litoral do Estado, que tem as praias mais bonitas desse País. Por essa razão que os Governos anteriores, que o Governo de Álvaro Dias, de João Elísio, de José Richa, de Requião, levaram milhões e milhões de dólares em benefícios ao litoral do Estado.

Quem não conhece os benefícios com o Governo Requião, com Stênio Jacob, que levou água encanada a todo o litoral do Estado? Conheço o litoral do Paraná há 32 anos. Por isso é que acompanho o crescimento, e é por isso que não posso aceitar que o Governo do Estado abandonou o nosso povo. Não aceito que os curitibanos que Vanhoni falou, que chegam lá e ficam xingando o Governo e o Prefeito, porque não tem uma rua pavimentada, porque quando eles saem de lá, fecham suas casas, 15 dias depois, esquecem que esse povo que aqui está, continua permanecendo lá. Este município que se cria, é precisamente para isto, para que não sirva aos curitibanos, mas sirva a este povo honrado, trabalhador do litoral, que aqui está.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Luiz Carlos Alborghetti com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obtive em Paranaguá, 1.014 votos. Em todo o litoral, alcancei 2.782 votos. Tenho família em Matinhos, meus sogros moram há oito anos e conheço o litoral, amo o litoral porque sou paranista e gosto do litoral do Paraná. Tenho bronca, raiva, porque é que o meu litoral não tem o mesmo esplendor que tem o litoral de Santa Catarina.

Porque ir a Santa Catarina se temos aqui as mais belas praias do Brasil? Fico feliz quando vejo carros do Rio, de São Paulo, de Niterói, de outros Estado brasileiros, quando aqui chegam para conhecer os parnanguaras, quando vêm aqui conhecer o nosso porto, quando vêm aqui conhecer Matinhos, Guaratuba, Praia de Leste, Guaraqueçaba, Pontal do Sul. Eu fico louco quando vejo que no Paraná nós só temos Caiobá. Não, nós temos as mais lindas praias da história deste Paraná. Com todo o respeito que tenho ao Prefeito de Paranaguá, que tenho, às vezes, minhas divergências com o Prefeito de Paranaguá - mas, o respeito, afinal de contas se ele foi eleito, é porque ele mereceu a confiança dos parnanguaras. Respeito o Prefeito de Matinhos, respeito o Prefeito de Guaratuba, mas não posso deixar de concordar com o Deputado Vanhoni.

Não vou dizer que não vou votar para transformar o Pontal do Sul no Pontal do Paraná. Não! Mas me preocupo. Porque a briga, hoje, é o saneamento básico, é a saúde, é a habitação, é a água. Olha quando se fala em litoral do Paraná nós só tivemos aplicação em Caiobá. Me desmintam, me desmintam! Caiobá é linda, tudo é lindo em Caiobá. E Praia de Leste? E Pontal do Sul? E outras praias do Paraná? Não existem? Só existe Caiobá?

Ora, que ironia! Vai lá, Caiobá, agora, ela está morta. Parada. Não existe uma viva alma na rua. Matinhos tem o seu próprio centro comercial, Pontal do Sul tem o seu próprio centro comercial. Praia de Leste também tem o seu centro comercial. Agora o que me magoou no ano passado publicaram num jornal em Paranaguá que o Alborghetti, o Algaci e o Anibal tinham que resolver o problema do litoral do Paraná. Mas eu não sou Governador! Eu não estou no Palácio! Sou um Deputado para criar leis e que as leis atravessem esse concreto, cheguem ao Palácio, abram a cabeça do Governador e que ele coloque em prática o seu programa lançado em julho, que ele vai transformar o litoral do Paraná no mais belo litoral do Brasil.

Não sou Governador, não sou Secretário

de Estado, sou um Deputado! Quem tem que resolver os problemas do litoral do Paraná é o Governo do Estado. Ele que tem que levar recursos, ele que tem que implantar habitação, ele que tem que implantar saúde...

Agora quero dizer: vou votar para que se crie Pontal do Paraná! Voto com a cara limpa e dou a minha cara para bater aqui e na televisão, na rede Independência. Agora, vejam bem, como disse o Deputado Vanhoni, vamos criar. Vai haver o plebiscito, os Senhores vão votar, se perderem, acabou. A responsabilidade será do Prefeito Torquato de brigar com o Governo, de exigir do Governo a implantação do seu programa lançado em julho de 1994, para que se transforme o litoral do Paraná em habitação, em recursos, em indústrias, em geração de empregos, atrair para o litoral aquilo que fizeram os catarinenses. Agora se ganharmos, vejam bem, todos vocês e todos aqueles que votarem a favor aqui, todos, um por um, se tiverem vergonha na cara vão ter que junto com eles, construir Pontal do Paraná, invadir o Palácio e dizer o município lá está e nós precisamos colocar em Pontal do Paraná, hospitais.

O Deputado Ângelo Vanhoni falou, veja bem, hospital. Eu sofri, fiquei dezoito anos e não tenho medo de falar, eu fiquei 18 anos, vinte anos eu estou na televisão, e as lâmpadas da televisão me provocaram um câncer na boca. E eu fui operado. Fui operado. Me cortaram a boca, tenho uma cicatriz, estou isento, estou isento, estou salvo. E eu descí no final de semana a Matinhos e precisei do Hospital. Quando lá entrei para tirar os pontos ninguém teve a coragem de botar a mão na minha boca para tirá-lo. Aí eu me preocupei: Retornar a Curitiba, falarei com o Dr. Scheibt, sobrinho do Deputado Aníbal Khury, que me operou, retirou os pontos da minha boca.

Então, concordo com Vossa Excelência. Quando criarmos Pontal do Paraná, quando criarmos um município, pode ser de Praia de Leste, Matinhos, enfim, todos no litoral, há necessidade de se criar um hospital regional para salvar a vida de milhares. E tenho uma prova, internei agora no Hospital do Carmo em Curitiba uma mulher de Matinhos que foi atropelada na saída de Guaratuba.

Sabem por quê? Porque o Hospital de Matinhos disse que não podia colocar a mão nela.

Finalizando, voto para que se crie mais um município do Paraná, mas vejam bem a nossa responsabilidade, depois do plebiscito, quando o Governador Jaime Lerner sancionar a lei, caberá à responsabilidade do Governo do meu Paraná, do meu Governador Jaime Lerner em quem votei, de transformar Pontal do Paraná com bons ve-

readores, com bom prefeito e que este município seja o orgulho do litoral do meu Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Deputado Orlando Pessutti.

O SR. ORLANDO PESSUTTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que nós devemos comparecer a esta tribuna para considerarmos algumas manifestações dos Srs. Deputados na tarde de hoje, até para que não fique sendo como verdade definitiva desse Parlamento algumas afirmações aqui proferidas.

Eu não posso de maneira alguma concordar com a afirmação do Deputado Jocelito Canto, que diz que a situação de dificuldade por que passam os municípios do Paraná é fruto de más administrações, de mal gerenciamento e de irresponsabilidade dos Srs. Prefeitos. Não posso concordar porque sou Deputado há doze anos e meio e nesse período convivi com três períodos de Prefeitos no Estado do Paraná, e devo dizer que conhecendo os Prefeitos do Paraná posso afirmar que a grande maioria tem procurado, através do seu empenho pessoal, da sua equipe, do seu assessoramento, fazer administrações honradas, dignas, e que possam engrandecer não só o Município que representam e que administram, mas o conjunto dos Municípios do Estado do Paraná.

Portanto, vir aqui dizer que a situação de crise nos municípios no dia de hoje é irresponsabilidade dos Prefeitos, eu não aceito isso porque convivo com o Srs. Prefeitos, sei das suas dificuldades, integrei por quatro anos e integro novamente o Bloco Municipalista, fiz parte de diversas marchas a Brasília, e a situação dos Municípios hoje de dificuldades Deputado Jocelito quem sabe sejam semelhante à dos agricultores que também não são irresponsáveis; a situação de dificuldade é semelhante à dos comerciantes e industriais, que também não são desonestos e não são irresponsáveis. As dificuldades são fruto de uma conjectura momentânea que vive o País, daí dar total apoio ao movimento aos Municípios diante da reforma tributária.

Não posso também me calar diante do que manifestou aqui o Deputado Ângelo Vanhoni. Disse o Deputado Vanhoni: "Nenhum Deputado nada pediu pelo Litoral". Quer dizer, também é uma afirmação que não pode ficar como sendo uma verdade definitiva deste Parlamento. Deputado Cartário na sua manifestação já fez alusão a algumas coisas, Deputado Alborghetti. Eu quero dizer a vocês que nesses doze anos e meio que aqui estou com Governadores como Richa, João Elísio; Álvaro, Ary Queiroz, Requião,

Mário Pereira, e agora Jaime Lerner, eu fui testemunha, e teve meu apoio, meu entusiasmo, meu voto para que recursos fossem alocados para que fizéssemos sim o controle da erosão provocada pelas ondas nas praias Brava e Mansa de Caiobá. Mas também sou testemunha da pavimentação asfáltica da Alexandra-Matinhos; do contorno de Matinhos; sou testemunha da Avenida Atlântica ligando Matinhos a Praia de Leste; sou testemunha da luta que se desenvolveu para que a água tratada chegasse à Praia de Leste, fosse até Xangrilá, na casa do meu amigo Zé Roberto Chapa, que hoje tem água tratada da SANEPAR na sua casa e que não tinha; sou testemunha da luta que desenvolvemos no mandato passado, para que o Governador Requião e Mário Pereira concordassem com a venda das ações da COPEL para que nós pudéssemos construir no Paraná mais 1100 quilômetros de rodovias asfaltadas e dentre elas a duplicação da rodovia que liga praia de Leste a Pontal do Sul, numa extensão de 18 quilômetros.

Então, muito se fez sim, muito se pediu sim, em favor do litoral do Paraná, e nós somos testemunha disso, porque aqui estávamos.

Talvez Vossa Excelência, que chega a esse Parlamento para dignificar e engrandecê-lo neste momento, não tenha conhecimento do que aconteceu na plenitude, na totalidade dos doze anos, das três últimas legislaturas.

Por essa razão Sr. Presidente é que venho também manifestar o meu posicionamento pessoal, não é um posicionamento da nossa bancada do PMDB, não nos reunimos para discutir, para fechar questão de votar neste ou naquele sentido, é uma posição pessoal minha, sou a favor da criação de municípios.

Tenho recebido algumas críticas, ao lado do Deputado Anibal Khury, por sermos considerados os Deputados que mais projetos de criação de municípios apresentaram, nos últimos tempos no Paraná. Sou a favor sim; ao lado do Nelson Tureck já fizemos algumas reuniões por este Paraná afora, defendendo criação de novos municípios. E só defendo emancipação de municípios onde tenho a convicção de que dará certo e que as condições estão preenchidas.

Quero discordar também do companheiro Alborghetti, que o futuro município de Pontal do Paraná, que não sei se deveria se chamar de Pontal do Paraná, porque lá na foz do Rio do Paraná tem um município chamado Pontal do Paranapanema que é na foz do Paranapanema. Isso é questão que a Comissão irá depois decidir e nós iremos futuramente delinear as coisas, mas eu sou a favor e tenho comigo, Deputado Alborghetti, que a reponsabilidade pelo município não será só do Governador, tem as pes-

soas que lá residem, temos nós, que lá temos nossas casas, nossos apartamentos e que todos iremos somar esforços, porque a responsabilidade pelo município de Pontal do Paraná será principalmente deles que estão buscando a sua independência.

Me permita Presidente fazer mais uma consideração, eu entendo que Paranaguá não deve se entristecer pela criação do Município de Pontal, afinal de contas, meu caro amigo, Prefeito Tortato, Paranaguá é pai, Paranaguá é mãe dos outros 370 municípios hoje existentes no Paraná, porque como disse o Deputado Cartário, foi o primeiro, foi de lá que todos surgiram, e me parece que neste momento a criação de mais um município, saindo de Paranaguá não irá envergonhar a sua administração, não irá desmerecer o seu trabalho, pelo contrário, é Paranaguá dando mais uma vez um pouco de si em favor do Paraná.

Deputado Cartário, poderia ter dito que poderíamos hoje ainda estar vinculados a Portugal, você que é o nosso Deputado brasileiro de Portugal. Portugal também um dia abriu suas portas e seu coração porque permitiu a independência do Brasil. O Paraná é o que é hoje porque teve emancipações por aí afora que valeram a pena e tenho certeza esta de Pontal do Paraná também valerá a pena.

Quero dizer também ao Deputado Alborghetti, que tenho um orgulho danado do litoral do Paraná, eu não tenho inveja, nem um pouquinho de Santa Catarina, tenho orgulho do Porto que aqui temos; Sta. Catarina perde para nós. Tenho orgulho do santuário ecológico que é Guaraqueçaba, Superagui; Sta. Catarina perde para nós. Tenho orgulho danado da Ilha do Mel, que Sta. Catarina não tem uma igual à nossa, tenho um orgulho danado das nossas praias, as nossas também são bonitas. E quem sabe um dia a gente possa ter a nossa ponte, ligando Caiobá a Guaratuba, para que a gente possa ter mais agilidade, mais benefícios em favor do litoral.

Vamos então, companheiros, dar a liberdade ao nosso litoral, dar a eles liberdade de caminhar com as próprias pernas, porque o Paraná e o Brasil são o que são hoje, porque um dia se tornaram independentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, gostaria de nesse instante, deixar registrado aqui de não concordar, com todo o respeito, com uma das colocações do Deputado Jocelito, quando numa afirmativa com relação aos prefeitos do Estado do Paraná, que estariam gerenciando

mal os recursos, e por esta razão, estavam numa situação extremamente difícil. Eles estão numa dificuldade extrema em função do que está acontecendo dentro do nosso país, como disse alguém que me antecedeu, é o pequeno empresário, é a economia nossa, assim automaticamente todos os municípios estão passando por uma situação extremamente difícil, com algumas exceções, é claro, fazendo esse adendo.

Mas subi a esta tribuna para dizer que nós não podemos castrar o direito de ir e vir de qualquer cidadão dentro do nosso país. Se assim não podemos impedir, também não podemos castrar o direito do cidadão, onde ele mora, de dizer que quer fazer do distrito um município, ou quero, deste meu município, quero passar para aquele outro município, ou um desmembramento de um município para o outro.

Quem decide é o povo e é o que deve acontecer em Pontal do Sul ou Pontal do Paraná, mas gostaria de fazer um apelo, em nome do Bloco Municipalista, ao prefeito, às mais dignas autoridades do Município de Paranaguá que aqui se encontram. Está o prefeito, as lideranças, estão aqui acompanhando atentamente, preocupados com o destino da votação que vai acontecer daqui a pouco. Meu caro prefeito, nós temos o maior respeito por V.Exa., pelo seu povo, pela sua gente, pela luta do povo de Paranaguá, porque afinal de contas lá é o início da nossa história, da existência do nosso Estado e da nossa gente, mas eu faria um apelo em nome de todos os municípios que já se emanciparam recentemente, se vier a ocorrer e que possivelmente ocorrerá a emancipação política de Pontal do Sul, que o ilustre prefeito, juntamente com todos os vereadores, possam ajudar Pontal do Sul, possam colaborar com a futura administração do município que lá vai se instalar. Por quê? Porque na verdade, tenho certeza absoluta que é impossível Paranaguá hoje investir 80 mil reais ou 100 mil reais mensalmente lá em Pontal do Sul ou nas praias, de leste ou naquela região. Mensalmente, pela arrecadação, pelas obrigações que Paranaguá tem, uma obrigação social muito grande, diga-se de passagem, é impossível tirar mensalmente do cofre e jogar lá no futuro município ou no distrito, nas comunidades ali, na região litorânea, principalmente em Pontal do Paraná. Não tem como se fazer isso.

O Deputado Nelson Tureck, foi muito feliz no seu discurso. Citaria, completamente, o Município de Farol que está lá hoje, com apenas dois anos e pouco de mandato três anos, automaticamente são mais de 18 obras de infra-estrutura que lá estão sendo levantadas pelo prefeito Gilmar e todas as lideranças. Lá não tinha uma ambulância para transportar os doentes:

hoje tem uma ou duas. Lá não existia ônibus para transportar os alunos. Hoje têm cinco. Lá não tinha uma rua; Tinha apenas uma rua asfaltada: hoje, praticamente todo o distrito está sendo asfaltado. Não tinha um centro de produção agrícola: está lá hoje o centro de produção agrícola praticamente inaugurado. São mais de 18 obras de infra-estrutura, de produção, áreas de lazer, duas canchas cobertas que estão sendo construídas e tantas outras obras, mas com o apoio e com a aquiescência dos municípios da região e principalmente, de Campo Mourão.

Assim, meu amigo Tortato, é um filho que sai de casa, é um município que sai da sua casa, do Município de Paranaguá para andar com as suas próprias pernas, para dirigir os seus destinos. E V.Exa. tenho certeza absoluta que haverá de dar o apoio necessário para que este filho cresça sadio, saudável e que possa dar orgulho para Paranaguá a exemplo de tantos outros municípios que brotaram, que nasceram, recentemente, está aqui Pinhais e tantos outros ao nosso lado. Para que o pai, a mãe, as famílias de Paranaguá tenham orgulho de dizer: este município novo que está se criando nós também ajudamos a crescer, a se emancipar e se tornar grande e forte.

Parabéns, e contem com meu voto e com meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra para encaminhar o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Falo aqui em nome da Liderança do PP. Aliás, seria dispensável porque o Deputado Geraldo Cartário - integrante da nossa Bancada, com muito brilhantismo já expôs a posição que é de toda Bancada do PP. Particularmente acho e tenho essa convicção, sempre que necessário e possível se criar um novo município, devemos estimular, incentivar para que este novo município seja criado. Existem até argumentos de conveniência material para que isso ocorra. Não é de graça que o Estado de Minas Gerais tem quase 800 municípios, que o Estado do Rio Grande do Sul que é menor que o Paraná tem quase 500 municípios. E hoje tramitam na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul mais de 80 projetos visando a criação de novos municípios. A participação dos municípios no FPM - que é o Fundo de Participação dos Municípios, ele privilegia a criação de novos municípios.

Há casos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de município que foi desmembrado, ficar, por exemplo, com um índice de participação 1,0% do Fundo e o município-mãe ficar com 1,6% do mesmo Fundo. Somando os

dois ficaríamos com 2,6%. Quando o município-mãe, sozinho, tinha um índice de apenas 1,4%. E nós sabemos que o FPM é uma das bases da arrecadação dos municípios do Estado do Paraná das mais fortes. Só por isso é importante para as comunidades atingidas a criação de novos municípios. São novos e mais recursos federais que saem de um bolão nacional que irão para a mesma região.

E é por isso que todo mundo quando tem condições quer e cria seus municípios. Pelo Parecer da CCJ o Município de Pontal do Sul preenche todos os requisitos pelas informações e pelos discursos aqui proferidos: Pontal do Sul tem condições de ser emancipada e a Bancada do PP, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vota, unanimemente, pela criação desse novo município.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Nós que somos do interior do Paraná conhecemos, perfeitamente, Srs. Deputados, o resultado positivo em que se transforma a criação de um novo município. Sou lá do interior do Município de São João, quando ainda nasci - Distrito do Município de Chopinzinho. O avanço e o progresso, o desenvolvimento que o meu município teve quando tivemos a independência do Município de Chopinzinho. Nós que já tivemos o prazer e a satisfação de assistir memoráveis batalhas, lutas, incansáveis peleias de comunidades do interior do meu Paraná, de pessoas de baluartes de irmãos nossos, nossos que empunhando a bandeira da emancipação lutaram para a criação de municípios no interior do nosso Estado. E hoje percebemos que o povo paranaense e companheiros que tiveram a coragem, a inteligência de brigar pela emancipação de municípios que se transformaram e que lá tiveram o progresso e o desenvolvimento.

Sou favorável a emancipações por uma questão de princípios. Acho que é dado o que é preciso dar o direito das comunidades caminhar com suas próprias pernas. É preciso dar o direito para que a população, que os municípios, que os Distritos, que comunidades que às vezes ficam abandonadas pelo interior do Paraná e do Brasil possam elas mesmas decidir o seu destino, os passos que deverão dar.

Demos entrada aqui neste Parlamento, juntamente com o Deputado Luiz Cláudio Romanelli, com o Deputado Carlos Simões e com o Deputado Duílio Genari num projeto de lei que espero que a semana que vem esteja tramitando aqui neste Plenário aonde nós buscamos facilitar a criação de muni-

cípios, Sr. Presidente, a fim de que comunidades que tenha o anseio, o desejo e a expectativa de se emanciparem, possam também elas poder vivenciar momentos de felicidade e de desenvolvimento, momentos de alegria porque a emancipação propicia às comunidades pequenas, às comunidades isoladas no interior do Paraná, o desenvolvimento e o progresso.

Quero parabenizar o Deputado Algaci Túlio, Líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa, pela sensibilidade, pela maneira compreensiva, acatando, cumprindo o papel dos Deputados porque nós somos nada mais do que os expressadores dos sentimentos populares aqui dentro deste Parlamento. E o Deputado Algaci Túlio, expressando com legitimidade os anseios, os sentimentos do povo de Paranaguá, das praias do litoral paranaense, quer transformar aqui em lei, quer transformar aqui mais um município progressista porque acredito que será desenvolvido, justo e fraterno o Município de Pontal do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, voto favoravelmente à criação desse município e favoravelmente a todos os municípios que aqui nesta Assembléia derem entrada e os Senhores Parlamentares, terão em mim um Deputado a defendê-los e votar favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Último orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, quero inicialmente dizer do respeito que tenho pela cidade de Paranaguá, cidade por entraram os meus familiares e de todos que estão aqui, afinal de contas foi o caminho para o progresso deste Estado. E demonstrando o maior respeito por esta cidade sabe S.Exa. o Prefeito Tortato da admiração que tenho por vossa pessoa e ainda na semana passada quando lá estivemos em nome do Governador Jaime Lerner, levando uma ajuda ao seu município para que seja feita a canalização do Canal do ... (inaudível) já estamos demonstrando a preocupação que tem o Governo Jaime Lerner com o nosso litoral e muito em especial com a cidade de Paranaguá. Não podemos deixar de reconhecer o direito, a luta do Senhor Prefeito, dos Senhores Vereadores, legítimos representantes daquela cidade, mas também não podemos abortar a vontade e o interesse de uma outra parte favorável ou não a esse plebiscito.

Por isso, essa Assembléia a este Parlamentar estão sendo apenas agentes de uma vontade desse povo. Ninguém aqui, nem eu, nem o Deputado Anibal Khury, que iniciou esse processo em 1989, somos autores do

projeto. Pelas manifestações dos Senhores Parlamentares já deu para notar que todos aqui têm responsabilidade nesta decisão, a Assembléia sempre que aqui toma uma decisão de votar favorável a um plebiscito, a uma emancipação, todos nós, cinquenta e quatro Parlamentares, somos responsáveis pelo futuro desse novo município.

E é isso que nós queremos demonstrar hoje mais uma vez, que se permita ao povo das praias o direito legítimo de se expressar pelo plebiscito.

Além do mais Senhor Presidente, eu quero dizer e fazer um alerta nesta Casa, posso até não entrar tanto no mérito do projeto em si porque hoje é pela legalidade e pela constitucionalidade, mesmo porque os demais companheiros que me antecederam já se manifestaram, já disseram da importância da criação do município, o porquê que é importante se criar esse município, dar oportunidade para que os meios cheguem mais próximos da população.

Mas quero fazer uma alerta que muitos até acredito não devam ainda ter se apercebido, o País tem sete mil municípios, e é bom lembrar que o sul do País tem apenas um terço desses municípios. Os senhores sabem, politicamente, o que representa isso na questão do fundo de participação? Além do mais na questão da divisão do quadro eleitoral desse País, são sete mil municípios que o Norte e o Nordeste têm a maioria deles. Quando o José Serra falou que o Presidente não quer a criação de mais municípios, porque ele quis alertar o que está acontecendo no Norte e Nordeste, a enxurrada de municípios. E nós ficamos aqui brigando às vezes porque não queremos dividir algum pedaço de terra desse nosso Estado.

Este alerta é importante que se faça hoje aqui nesta Casa. Além do mais está aqui na Folha de São Paulo de ontem o TSE diz que financia despesa de plebiscitos, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Veloso, afirmou em Belo Horizonte que o órgão vai financiar realização dos plebiscitos aprovados pela Assembléia Legislativa daquele Estado.

Sabe quantos projetos de municípios foram criados? Cento e quarenta e dois novos municípios em Minas Gerais, cento e setenta e dois estão em tramitação, cento e quarenta e dois já foram aprovados. O Rio Grande do Sul no ano passado aprovou oitenta e seis municípios numa paulada só.

Isto é para chamar, Senhores Parlamentares, que só aqui do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, São Paulo precisamos nos alertar. O Norte e Nordeste vão engolir este País e não podemos ficar caminhando à margem desse processo. O Mato Grosso tem município maior do que o Estado do Sergipe. Por que o sul do País perde no Con-

gresso Nacional? Porque lá a representatividade política é maior do que o Sul, e o nosso território é quase que maior do que o Norte e Nordeste, e no entanto nós temos menos Parlamentares representando o nossos Estados. Então, sirva também de alerta a cada um de nós, em cima dessa discussão e das próximas discussões a respeito da criação dos Municípios.

Senhor Presidente, nós tomamos todas as providências nesse processo que está aqui, já tem a certidão do IBGE, já está aqui a certidão que prova que em 1991, é aquela comunidade que abrange os balneários, tinha em 91, 5.569 habitantes, hoje estamos em 1995, todos nós reconhecemos que houve um crescimento extraordinário, hoje temos certamente mais de dez mil habitantes naquela região. Portanto, não há o que discutir na questão da legalidade do número de habitantes do Município. Além do mais, se levarmos em conta que existem 11.143 domicílios na região é prova evidente que temos mais de 10.000 habitantes.

Quero apenas dizer e tranquilizar a todos, nós estamos todos preocupados com o litoral, eu, Deputado Vanhoni, cada um que se manifestou aqui e cada um que vai votar. O litoral é uma questão de prioridade, isso tem dito o Governador Jaime Lerner.

Ainda na semana passada, quando tive a satisfação de acompanhar o Prefeito Tortato numa audiência ao Governador Jaime Lerner, foi o primeiro encontro do Prefeito de Paranaguá com o novo Governador. E foi um momento muito extraordinário, está aí a prova e pode dizer o meu amigo Tortato, tanto ele como eu e o governador nos sentimos assim, num momento de grandeza, num momento de muita emoção, porque era um momento esperado por ambos e nós pudemos provocar que isso acontecesse.

E o que é que fez o Prefeito? Se precaveu, levou mais de 15 projetos, não só de Paranaguá, mas das praias ao governador. E tudo bem preparado, bonito, encapado, com todos os detalhes. O governador botou embaixo do braço e disse: - "Isso aqui eu vou levar agora, já, para os meus assessores que estão trabalhando só em cima da questão do litoral do Paraná. Tenho compromisso, vou revolucionar o litoral do Paraná, pode ter certeza, Prefeito, que o que for possível atender já dessas suas reivindicações, já estou autorizando."

Há uma briga em Paranaguá. Por que é que o Porto de Paranaguá não repassa para a Prefeitura o ISS, que é direito da Prefeitura? O governador, naquele instante falou ao prefeito: - "Está autorizado o Deputado Algaci Túlio, juntamente com o prefeito a ir ao Secretário de Planejamento para rever esta situação. Quero que o Porto repasse para a prefeitura o que é

direito da Prefeitura da SUCEAM, já levamos, a comunidade de Paranaguá, numa audiência pública, levamos lá uma importância de quase 500.000 reais, para ser feita a canalização tão necessária, desejada e esperada por aquela comunidade. Ninguém quer prejudicar Paranaguá.

Este Deputado, não sei por que, se envolve de repente na CPI do Porto de Paranaguá; muitos não querem ver a coisa resolvida, mas a maioria de Paranaguá quer ver esclarecida a questão do Porto de Paranaguá. Este Parlamentar se envolve agora no processo do plebiscito. Nós somos apenas agentes da vontade do eleitor. Aqui para esta Casa vêm projetos que às vezes até não são do interesse da maioria, mas nós temos que atender! É colocado ao crivo do Plenário da Assembléia, das Comissões internas, para que analisem da necessidade, da importância ou não do projeto. Portanto, somos apenas agentes de uma comunidade que deseja se manifestar, por plebiscito.

Tenho certeza, Prefeito Tortato e Vereadores que aqui estão hoje, não se decepcionem com o resultado, esta Casa sabe o que está votando. Esta Casa quer o melhor para Paranaguá e o melhor também para nossas praias. Podem ter certeza que nós todos estamos compromissados, especialmente o Governo do Paraná. A prova disso é que eu e o Deputado Vanhoni já temos um projeto correndo nesta Casa, nas comissões internas, que cria a Companhia de Desenvolvimento do Litoral, ou uma Coordenação do Litoral, uma espécie da COMRC, para dar o suporte, porque também não adianta criar o Município de Pontal do Paraná e não dar o suporte aos próximos prefeitos, aos próximos vereadores, não adianta nada!

Nós queremos que, se a população deseja criar o Município de Pontal do Paraná, ele será criado, mas já virá com o compromisso do Governador e com esta Companhia de Desenvolvimento, que vai levar estrutura, não apenas a Pontal do Paraná mas a toda nossa orla marítima, que é tão pequena e que pode melhorar muito mais, deixando de empurrar o fluxo do interior do Estado lá para Camboriú, para as praias de Santa Catarina. Nossas praias são boas. O que falta, na verdade, é talvez uma ajuda maior aos prefeitos. Acho que já está mais do que provado que esta Assembléia deseja votar pela emancipação, dando oportunidade para que se faça o plebiscito. Agradeço a todos os que se manifestaram. O projeto não é de minha autoria. Talvez outros parlamentares tenham trabalhado mais pela emancipação do que este parlamentar aqui. Estamos como um instrumento, um agente deste projeto de lei que é colocado aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de Vossa Excelência que suscita uma questão de ordem...

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu ia solicitar uma questão de ordem agora, Sr. Presidente.

(O requerimento em questão levou o nº 1736 e encontra-se publicado no Expediente)

Peço a Vossa Excelência que haja o desmembramento dessa votação, para que o projeto seja retirado da Ordem do Dia e votado numa outra ocasião porque no meu entendimento, não cabem os dois projetos na mesma discussão.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Solicito que o Sr. mantenha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que a questão de ordem levantada pelo Deputado Algaci Túlio tem procedência.

Determino que se suspenda a juntada do Projeto de Lei do Deputado Vanhoni ao Projeto de Resolução do Deputado Algaci Túlio. O Projeto do Deputado Vanhoni terá prosseguimento normal.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Para encaminhar pela Bancada do PT queremos justificar o voto contrário ao projeto na questão de inconstitucionalidade, que é esse votado hoje, quando foram juntadas duas certidões do IBGE de 1991. O próprio Deputado Algaci Túlio alegou isso e o que determina a criação do município exige certidões atualizadas. Portanto, a certidão do IBGE que diz que são necessários 5.000 habitantes no município que será criado e 1.000 eleitores, não foi cumprido e existe a necessidade de serem juntadas cem assinaturas com firma reconhecida.

Existe aí ajuntado um punhado de assinaturas, porém sem firma reconhecida e isso também torna esse projeto inconstitucional. Há 3 meses quando alegamos isso e pedimos que o autor do Projeto retirasse o Projeto por algum tempo e ajuntasse esses papéis, queríamos exatamente nos antecipar a uma futura ação na Justiça que vai barrar - com certeza este Projeto, se alguém entrar contra ele.

É inconstitucional na medida em que não foram juntadas uma certidão do IBGE com relação a 5 mil habitantes, uma certidão do IBGE dizendo que existe mil eleitores e uma certidão de cem assinaturas com firma reconhecida. Nós, aprovando aqui, estaremos dando a possibilidade de alguém entrar na Justiça e barrar. E aí sim, o município de Pontal do Paraná não vai ser criado tão já.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Solicito à Mesa que faça a leitura ao Deputado, se necessário, porque toda documentação exigida foi juntada ainda na semana passada por este Parlamentar junto à Mesa da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão de Justiça já examinou exaustivamente o Projeto. Vou submeter a voto o Projeto de Resolução 007/95. APROVADO.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Gostaria de usar a palavra para justificar meu voto.

Sou contrário porque entendo que esta Casa, sobretudo, precisa ter o cuidado para criação de municípios. Nós estamos vendo aí, e o Líder do Governo teve oportunidade de ler "A Folha de São Paulo", dizendo da mazela da criação de municípios. E antes muito mais do que criar municípios, é dever desta Casa estabelecer um Projeto de Lei que possa evitar que se prolifere como tem se proliferado no Paraná. Reconhecemos como legítima as condições das lideranças do Pontal do Sul; no entanto, esta Casa precisa ter cuidado. Porque se hoje os municípios estão em grande parte na falência, é porque criaram municípios sem condições de sobrevivência. E não é criando município de Pontal do Sul ou quantos outros venham a ser criados que vamos resolver a situação. Mas sim, o Estado do Paraná lá investindo - fazendo como o que fez - como disse o Alborghetti - lá em Caiobá, município de Matinhos. Porque não será só com a criação do município que teremos os anseios da população de Pontal do Sul resolvida.

Antes sim, que o Governo do Estado cumpra o seu projeto e estabeleça a infraestrutura que precisa porque não terá necessidade de dividir nenhum distrito, nenhum município do Estado do Paraná.

Hoje precisamos é fazer um projeto, restabelecer uma reestruturação no Estado do Paraná no sentido de aglutinar e redividir o Estado. Porque muitos municípios não têm condições de sobrevivência. Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO - Para justificar o voto.

Só para esclarecer que agora há pouco se falava a respeito de novos municípios e de que os novos municípios estão quebrados. Quero discordar dessa posição e justificar meu voto favorável, porque os exemplos estão claros. Os pequenos municípios que foram tocados com seriedade, administrados sem cabide de emprego e foram colocados com muita simplicidade pelos seus prefeitos, são os grandes municípios que têm dinheiro em caixa hoje. E o seu

povo está satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto está aprovado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas Intermunicipais do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C..

Sobre o referido Projeto, Emenda Aditiva de Plenário, do Sr. Deputado Antonio Belinati, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 018/95

Art. 1º - É considerado equipamento obrigatório o cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Fica determinado, como obrigatório o uso de cinto de segurança abdominal.

Sala das Sessões, em 20.06.95
(a) ANTONIO BELINATI.

APOIAMENTO: Jocelito Canto, Nelson Tureck, Marquinhos Alves, Luiz Accorsi e Milton Puppio.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/95 de autoria do Deputado Antonio Belinati, fica assegurado o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em Casa de Diversões, Espetáculos, Praças Esportivas e Similares, ao Estudante regularmente Matriculado em Estabelecimento de Ensino Público ou Particular de 1º, 2º e 3º graus, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E..

Sobre o referido Projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 054/95

O artigo 2º do projeto de lei em questão terá sua redação substituída para o seguinte:

Art. 2º - Para usufruir do benefício o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, através de identidade estudantil expedida para os alunos de 1º e 2º Graus pela União Brasi-

leira de Estudantes de 1º e 2º Graus - UBES, pela União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º Graus - UPES, pelas Uniões Municipais de Estudantes Secundaristas e pelos Grêmios Estudantis; para os alunos de 3º Grau pela União Nacional dos Estudantes - UNE, pela União Paranaense dos Estudantes - UPE, pelo respectivo Diretório Central dos Estudantes, ou pelo Centro Acadêmico.

§ 1º - A autenticação e expedição das carteiras referidas no caput deste artigo deverão se dar com base em listagem de alunos regularmente matriculados, fornecida pela direção de cada estabelecimento de ensino, até um mês após o encerramento das matrículas.

§ 2º - As carteiras, válidas em todo território nacional, só perderão a validade após a expedição das novas carteiras, independentemente do ano letivo.

§ 3º - As entidades referidas no caput deste artigo deverão cumprir as seguintes condições:

I - possuir comprovada instância jurídica há pelo menos doze (12) meses; e

II - não possuir nenhuma pendência junto aos Tribunais de Contas.

§ 4º - As entidades referidas no caput deste artigo em acordo com as condições enumeradas no parágrafo anterior, sem nenhum outro ônus ou condição, deverão se credenciar junto as respectivas Secretarias Municipais de Educação ou Secretaria Estadual de Educação.

§ 5º - Para efeito de comprovação da Carteira Estudantil os proprietários dos estabelecimentos referidos no § 1º do art. 1º, poderão solicitar à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Estadual de Educação a relação das entidades regularmente credenciados.

§ 6º - A prioridade para expedição das Carteiras Estudantis será da menos abrangente para a mais abrangente, ou seja, para o 1º e 2º Graus será: pelos Grêmios Estudantis, pelas Uniões Municipais de Estudantes Secundaristas, pela União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º Graus - UPES e pela União Brasileira de Estudantes de 1º e 2º Graus - UBES. No 3º Grau será pelos Centros Acadêmicos, pelos Diretórios Centrais de Estudantes, pela União Paranaense dos Estudantes - UPE e pela União Nacional dos Estudantes - UNE.

Sala das Sessões, em 20.06.95.

(a) PERICLES MELLO

Apoio: Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Angelo Vanhoni e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

É extremamente louvável o projeto do Deputado Antônio Belinati, que realmente vem em acordo com as necessidades e anseios da juventude paranaense. Está, por-

tanto, de parabéns o nobre deputado por tão importante iniciativa. Reforçamos ainda, que além do direito ao acesso à cultura, este projeto também irá auxiliar no aprimoramento do processo pedagógico dos estudantes paranaenses.

Preocupa-nos no entanto, que o projeto na sua forma original, estabelece um monopólio na expedição da carteira de estudante, que já provocou diversos problemas, inclusive com ampla repercussão na imprensa nacional nos últimos meses. Por isso sugerimos a emenda supressiva em questão.

Justificamos tal proposta, pois garantiria que as entidades mais próximas dos estudantes seriam as beneficiadas com a expedição da identidade estudantil, sendo que onde isto não se cumprisse a entidade representativa imediatamente superior cumpriria esta função. Isto garante que nenhum estudante seria prejudicado com esta medida.

Ainda lembramos que é necessário corrigir o "caput" do artigo onde se refere apenas ao 1º e 3º graus, onde imaginamos que o nobre deputado pretendia se referir ao 2º grau, portanto, a redação correta deveria se referir ao 1º, 2º e 3º graus.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme que autoriza o Poder Executivo a criar e assegurar a manutenção de lares para crianças, adultos e idosos portadores de deficiência em estado de abandono. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme que cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiências - cidade para todos. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/95 de autoria do Deputado Nereu Moura que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense do Município de Catanduvas, com sede e foro no Município do mesmo nome. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1726 e 1730, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Al-

borggetti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1711, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1718, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1712, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1713 a 1715, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1716 e 1717, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1719, 1720 e 1737, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1721 a 1723, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1724 e 1725, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1733, de autoria do

Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1734, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1735, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

A Mesa anuncia a presença nesta Casa do novo Procurador do Tribunal de Contas, Dr. Lauri Caetano da Silva, que tomará posse amanhã às 11 horas no Tribunal de Contas e convida os senhores Deputados para participarem da solenidade de sua posse.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21 de junho, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 130 e 031/95,
- e do Projeto de Resolução n° 007/95.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 049, 145, 161, 174 e 176/95,
- e do Projeto de Resolução n° 017/95

Levanta-se a sessão.